034ª SESSÃO ORDINÁRIA – 25ABR2012

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Toni Proença está com a palavra.

O SR. TONI PROENÇA (Requerimento): Presidente, queria solicitar um minuto de silêncio em homenagem ao Sr. Felinto Araujo Santos, gremista, Conselheiro do Grêmio, empresário da Cidade, que faleceu na semana passada.

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, aproveito e também solicito um minuto de silêncio em homenagem ao Dia Mundial do Silêncio. Há uma mobilização em vários lugares do mundo, das 14h29min às 14h30min de hoje, e gostaria de sugerir que o fizéssemos neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

Consulto as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores se podemos entrar na Ordem do Dia. (Pausa.)

A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero fazer o registro, em nome do PT, primeiro, da alegria da retomada – já é a 3ª edição – do Câmara nos Bairros, que, na verdade, era o Câmara na Comunidade, e que neste ano, a Mesa Diretora batizou como Câmara nos Bairros. Foi a primeira vez que pude acompanhar, nessa sexta-feira, porque, a primeira edição fiquei sabendo muito em cima, e na segunda edição houve troca de horário. Quero dizer que é muito

importante que a Câmara de Vereadores continue fazendo essa ação de estar presente, enquanto Instituição, na comunidade.

Foi, de fato, uma agenda bastante densa, na sexta-feira, na Zona Norte. Esse programa tem uma pretensão diferenciada da que fazíamos, que era vinculada a uma comunidade e aí víamos cada um dos problemas; agora, o Câmara nos Bairros foi a três ou quatros pontos, mas continua tendo um valor importante, que é o de chamar o Governo, de escutar a comunidade, de encaminhar os procedimentos. Para nós é muito significativo que isso tenha se tornado um programa para além de gestão de A ou de B, e, sim, uma disposição da Câmara de estar, mais ainda, a serviço da comunidade.

Eu queria fazer um registro das temáticas que apareceram na Zona Norte – na Vila Chimarrão, na Vila Leão, na Vila Minuano –, muito semelhantes à temática levantada aqui pelo Ver. Bernardino, na segunda-feira, que são o resultado de uma falta de gestão de política concreta e continuada de limpeza de arroios e valões, combinada com a mudança de modelo da coleta de lixo. E, pior, no caso da Vila Minuano e na Vila Leão, uma obra do DEP – do DEP! – desviou uma saída de arroio, um canal ligado ao arroio Sarandi e, pasmem, formou uma bacia de acolhimento de mosquito da dengue, de lodo, de água parada, e provocou, de janeiro a final e março, quatro alagamentos em todas as moradias do entorno da obra da obra do DEP da Vila Minuano. Gravíssimo! Já não basta o problema em relação aos vários arroios. No caso da Vila Chimarrão, foi uma revolta; não estava nem previsto no projeto Câmara nos Bairros, e os moradores da Vila Chimarrão baixaram no ponto de encontro, e nos fizeram ir ver a situação do arroio na Vila Chimarrão, que é gravíssima por falta de retirada dos resíduos de dentro do arroio, de limpeza continuada e de educação ambiental.

No outro caso, na Vila Minuano e na Vila Leão, a revolta dos moradores, aí por causa de uma intervenção, obra do DEP. Há um pedido, e sei que houve reunião, ontem, da CUTHAB, sobre o tema; espero que o DEP tenha entendido e que desobstrua aquele acesso, ou saída do arroio, porque assim não é possível! Inclusive, aqueles moradores têm direito a reparo de danos, feitos por obra da Prefeitura, como aconteceu na semana passada, mais uma vez, na Av.

Icaraí, por obra do DMAE, do Pisa, que abalou a estrutura das casas da Av. Icaraí.

Então, é muito, muito grave a situação da periferia da nossa Cidade! Desde o ano passado, o Câmara na Comunidade identificou o problema que são as valas e os valões. Identificamos, pautamos DEP, pautamos DEP, pautamos Ministério Publico; aparentemente, agora, haverá uma área liberada e, talvez o DEP retome.

O inverno está chegando, e, junto com ele, as chuvas e o frio. Teremos calamidade, dor, sofrimento, desespero das comunidades, se, imediatamente, o DEP não começar a limpar valas e valões, e se o modelo do DMLU não for modificado.

Então, Presidente Mauro, penso que é muito importante a nossa presença, independente dos Partidos. A Câmara, individualmente, tem uma força; cada Vereador individualmente tem uma força; a Instituição, como um todo, tem muita força e pode ajudar muito mais a população.

Continuemos com o Câmara nos Bairros. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NELCIR TESSARO: Sr. Presidente, Sras. Vereadora, Srs. Vereadores, uso a Liderança do meu Partido, novamente, para trazer à tona o que já venho falando há muito tempo - desde o início deste ano -, que são os problemas das obras executadas em Porto Alegre, Ver. Tarciso.

Desde o início do ano, eu disse que o Túnel da Conceição tinha sido entregue sem serem concluídas as suas as obras, adequadamente.

Estão, as infiltrações de onde jorra água - parece uma torneira - são mostradas aqui, claramente, aqui na reportagem (Mostra o jornal.), que não foi contratado para fazer uma drenagem, para que não houvesse mais infiltrações - É lamentável!

Foi notícia por três vezes nos jornais, no sábado, no domingo, e hoje novamente. Todos estão preocupados! Os veículos que por ali transitam, se

chove muito, acumula água, inclusive afetando o transporte da Cidade. Está havendo risco, um risco iminente, de os veículos colidirem no Túnel da Conceição. Lamentavelmente - está na Zero Hora de hoje -, R$ 3,3 milhões foram gastos e não houve a impermeabilização, que não foi contratada. Afinal, o que foi contratado então, se deveria ser a impermeabilização? E para arrumar o piso, o que foi contratado? Foram R$ 3,3 milhões e não foi feita a impermeabilização do Túnel da Conceição? Por favor, Srs. Auditores do Tribunal de Contas, vão verificar esse contrato! Está na hora! Eu peço que a Procuradoria do Município, que eu sei que é competente, verifique esse contrato. Vou até falar com o Procurador João Batista para que faça uma verificação nesse contrato, pois teve aditivo, inclusive, de quase R$ 1 milhão! Eu imaginei que o aditivo fosse para colocar as tijoletinhas, lajotinhas, que poderiam deixar bonito como está o nosso Viaduto da João Pessoa, para no mínimo evitar essas infiltrações... Mas, é lamentável, as coisas não acontecem.

Eu quero dizer, naquela esteira, que aqui só se aprova projeto do Executivo; se nós propusermos um projeto do Legislativo, o Executivo vai rejeitar e propor um projeto semelhante. Eu ingressei com um projeto, Ver.ª Maria Celeste, a senhora sabe disso, lá em 2010, das Vilas Dique e Nazaré, porque foi feito um acordo, naquela época, com o Ministro Márcio Fortes, de que aquelas famílias receberiam as unidades habitacionais gratuitamente, porque era remoção involuntária. O Governo foi contra: tivemos aqui 16 votos, faltaram três para aprovar. E aquelas famílias estão tendo que pagar, lamentavelmente.

Agora, eu olho no jornal de sábado que eles não querem sair da Vila - a polêmica da Zona Norte: Vila Dique e Nazaré - e vejo o pronunciamento do Diretor do DEMHAB, que diz que as famílias não terão que pagar prestações pelas moradias, pois se trata de remoções involuntárias. Eu faço um projeto, o Governo ordena aos Vereadores que não é para aprovar, porque eles tinham que pagar a prestação. E agora o Diretor do DEMHAB diz: “Não, as famílias não vão pagar!” Vem cá, mas era só porque nós estávamos colocando um projeto e está no Estatuto da Cidade de que remoção involuntária não se paga prestação? Ou será que é politicagem? A seis meses da eleição vai um Diretor do DEMHAB lá e diz: “Vocês não vão pagar prestação alguma agora, porque o projeto foi rejeitado”. O nosso ex-Deputado Valdir Fraga sabe como

trabalhamos para aprovar o projeto, que era um acordo firmado com o Prefeito Fogaça, com o Ministério, na época em que fui Diretor do DEMHAB. E, aí, de quem veio a ordem para não aprovar aquele projeto? De quem veio a ordem? Agora, o Diretor diz que as famílias não vão pagar as prestações. Afinal, para uns vale, para outros não vale? Vamos ter que respeitar um pouco mais os Vereadores, pois não se pode copiar projetos de Vereadores e colocar a autoria do Executivo.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, meus senhores e minhas senhoras, respeito começa com autorrespeito, é bom que se tenha presente sempre isso. Eu, às vezes, até me acho desrespeitado, Na verdade, às vezes eu lamentei não ter estudado Direito, e sim Engenharia. Mesmo assim, eu não posso ser desrespeitado, como têm feito alguns Procuradores.
Recentemente - eu sou um indivíduo atento, eu ouço rádio, eu leio os jornais -, foi aprovada uma emenda constitucional, em primeira votação, por unanimidade, na Câmara Federal, e, imediatamente o Procurador veio aqui e me disse: “Foi aprovada a Emenda Constitucional”! Ótimo. Eu ouvi, hoje, no rádio, mas eu não tenho o texto. Cinco minutos depois estava sendo distribuída a Emenda Constitucional e, aí, eu me achei desrespeitado. Eu sou engenheiro, mas eu disse que gostaria de ter sido advogado! O que diz a Emenda Constitucional? Os Procuradores, nos Municípios, devem fazer exatamente o que os Procuradores lá da Prefeitura, há 60 ou 70 anos, fazem, só que não em tão grande quantidade. Como tinha muito trabalho, eles não podiam fazer emendas, aqui, para me afrontarem.
Segunda-feira, me deram esse livrinho aqui. (Mostra o livro.) Eu sou engenheiro, eu sei ler! Eu disse que gostaria de ter sido advogado, até porque advogado o indivíduo nasce, ele não aprende a ser. E aí me dizem aqui (Lê.): “Advocacia Pública - Nos Municípios, existem: os Procuradores do Município,

responsáveis pela consultoria jurídica e a representação judicial (defesa em demandas judiciais) do Município (secretarias, órgãos e demais instituições públicas). Nos Municípios, os Procuradores são o órgão central do sistema jurídico do Município, sendo também responsáveis pela defesa das autarquias e das fundações públicas."

Os Procuradores já estão fazendo isso, são eminentes Procuradores. Eu tenho nomes cuja memória preciso honrar: Roberto Meditisch, Abrahão Grimberg Sobrinho, Carlos Maria Bins, Mário Leitão e tantos outros que por lá passaram e deram brilho àquela Procuradoria, só que em pequeno número, muito pequeno número.

Hoje, nós estamos aqui com um Projeto - e os Procuradores não trabalham mais lá, trabalham aqui na Câmara, agora - , em que estão sendo criadas 150 vagas de Procurador. Já tem sessenta e vários lá!

Agora, eu pergunto: uma grande empresa, eu preciso de "x" engenheiros, porque eles vão construir, porque eles vão fazer; agora, para fazer os contratos, eu preciso do número igual ao número de engenheiros para a empresa funcionar? Não, nenhuma empresa funcionaria com número quase igual de engenheiros e advogados. Nenhuma empresa. Não existe no mundo! Nem a Delta, do Cachoeira, é capaz de ter mais advogados do que engenheiros. Nem a Delta do Cachoeira!

Agora querem me impor conceitos, como se eu fosse ignorante, e eu não sou ignorante. Eu disse que eu gostaria de ser advogado, mas não sou, e isso não impede que eu pense como tal, não impede que eu leia. E a Ver.ª Sofia está dizendo que é guerra; ela está fazendo guerra, eu não faço guerra, eu sou homem de paz: aonde eu vou, eu quero paz, eu não quero guerra. Ser pacífico não significa aceitar qualquer coisa, não significa não se defender, não significa não querer mostrar a verdade - e eu sou pacífico. Eu acho que a paz é a palavra mais importante do mundo. Eu não posso entender o mesmo número de Procuradores e o mesmo número de engenheiros em uma Prefeitura como a de Porto Alegre. Ninguém vai me convencer disso! Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. levasse à Mesa a seguinte informação: os funcionários desta Casa e os Vereadores que costumam almoçar no restaurante daqui estão comendo a comida fria, totalmente fria. Bom, ontem eu falei com o ecônomo, que diz que quem tem que fazer a manutenção dos balcões é a Câmara. A Câmara diz que quem tem que fazer é o economato. Enquanto isso não se resolve, as pessoas estão comendo a comida fria. Eu preciso saber o que diz no contrato, na licitação, quem tem que arrumar isso. Eu gostaria que isso fosse levado à Mesa e esclarecesse os Vereadores e os funcionários, que não suportam mais essa situação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Perfeito.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, eu até acho que esse é um assunto interno, mas já que o Vereador o trouxe, eu quero apoiá-lo e dizer mais: nós precisamos de um restaurante, de uma lancheria, para que nós possamos nos alimentar, inclusive, fora do horário normal. Assim é impossível, nós não temos nada aqui. Ou, então, V. Exa. autorize que se coloque um *trailer* de cachorro-quente decente aqui na frente. Muitas vezes, nós não temos opções aqui. Eu conto com o seu apoio nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Perfeito. Ver. João Bosco, realmente, V. Exa. trouxe uma situação que é comum não ser discutida em Plenário, mas foi feita aqui uma exposição verbal. Nós temos a informação de que, realmente, havia equívocos em relação ao edital colocado e o contrato assinado. Isso está na nossa Diretoria-Geral. Agora, posso lhe afirmar que não é responsabilidade desta Câmara fazer a manutenção dos equipamentos.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Como assim? Eu não entendi. O edital dizia uma coisa, e o contrato dizia outra, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Eu gostaria de tratar isso internamente, Ver. João Bosco.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: É urgente, Presidente, isso não dá mais. Faz mais de dez dias e não há uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): É responsabilidade total do locatário a manutenção dos equipamentos. *O.k.*? (Pausa.)

A Ver.ª Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, colegas que nos assistem, eu queria, na verdade, trazer três temas a esta tribuna que me parecem muito importantes, Ver. DJ Cassiá. O primeiro deles é que hoje é um dia nacional de paralisação do funcionalismo público federal, que tem tido o seu trabalho e o seu salário arrochado ao longo dos últimos três anos. E eu gostaria de trazer esse assunto para a tribuna, porque, de fato, é inaceitável que esses trabalhadores, como os da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – técnicos administrativos –, que constroem a sua carreira valorizando e trabalhando dentro da Universidade Federal, tenham um arrocho salarial tão brutal, somado ao menor piso e o menor teto salarial de toda a carreira do funcionalismo público federal. Isso somado a uma prática e a uma tentativa do Governo de atacar direitos constitucionais, como o direito à greve, Ver. Carlos Todeschini, porque o Governo Dilma atacou a greve do funcionalismo que durou três meses no ano passado; funcionalismo que, inclusive, esteve nesta Casa pedindo o apoio dos Vereadores, e todos Vereadores votaram, por unanimidade, o apoio à greve e o apoio à negociação com essa categoria.

Mas o Governo não negociou, Ver. Tarciso Flecha Negra. O Governo enrolou a categoria durante todo o ano de 2011. Não tem nenhum centavo de aumento previsto para 2012, não ganharam nada em 2011, não ganharam em 2010, e, enquanto isso, a inflação galopante vai consumindo o salário desses trabalhadores. E pior: o Governo Dilma chegou ao cúmulo de fazer o que faziam alguns governos absolutamente reconhecidos como conservadores, que

é a tentativa de judicializar a greve, ou seja, cortar ponto e levar à disputa judicial o direito garantido por aqueles que lutaram pela democracia neste País, que derrotaram a ditadura militar, um direito garantido pela Constituição, que é o direito de greve, o direito de mobilização. Segue, na Justiça, o Governo contra os trabalhadores, Ver. Toni Proença, mesmo que a greve já tenha passado, apesar de o Governo, durante três meses, ter tentado derrotar uma greve legítima e necessária de uma categoria tão importante. Que bom que esses trabalhadores se organizaram e fizeram greve, e que bom que comecem a se organizar, mais uma vez, em 2012, para garantir reajuste salarial.

Mas eu não poderia deixar de trazer o meu descontentamento, pois vim do movimento estudantil, comecei a militar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e, muitas vezes, a Universidade Federal seguiu gratuita porque os trabalhadores se mobilizaram. Lembro à população que, em 1998, havia um Projeto de Lei, apoiado pelo Governo Fernando Henrique, que previa cobrança de mensalidade na universidade pública, e os seus trabalhadores, junto com os professores, com os estudantes fizeram uma grande mobilização e derrotaram esse Projeto. Foram os trabalhadores que garantiram uma série de mobilizações em defesa da gratuidade, da pesquisa, da extensão da universidade consolidada no nosso País. Esses mesmos trabalhadores têm sido atacados pelo Governo Dilma.

Outra luta muito importante é a questão da democracia na universidade. Este ano tem eleição para Reitor, Ver. Pedro Ruas. Diferentemente das eleições presidenciais ou para Vereadores ou Deputados, na universidade, as pessoas não têm o mesmo voto. Na universidade, ainda existe o 70/15/15, que é uma lei lá do Fernando Henrique, é verdade; assim como a lista tríplice, que vai para o Governo, o qual decide, entre os três candidatos a Reitor mais votados, qual será o novo Reitor, não respeitando nenhuma democracia, nenhuma consulta na universidade. E não foi modificado pelo Governo Lula nem pelo Governo Dilma, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul ainda segue com o modelo de eleição de 70/15/15, ou seja, professores têm peso de 70%; estudantes, 15%; e trabalhadores, 15%. Como pode uma mesma universidade que tem uma comunidade acadêmica ter pesos distintos e um arremedo de democracia?

Portanto, eu queria trazer esse desabafo e dizer da importância da luta dos trabalhadores, que contam com o apoio do PSOL.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. LUIZ BRAZ: Sr. Presidente, eu fiquei sabendo, numa informação que deve ser pública, mas que chegou ao meu gabinete só agora, que a Câmara contribui com R$ 20 mil para uma ONG. Que ONG é essa? Eu gostaria de saber isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. Luiz Braz, a Câmara não contribui com nenhuma ONG. A Mesa Diretora, na gestão anterior, fez um convênio com uma ONG que presta serviços pela Casa - parece que o nome é Amurt-Amurtel - e tem um trabalho social desenvolvido e acompanhado. Os valores não são esses, eu não teria como dizer exatamente qual o valor exato em relação a essa ONG. O que é certo é que não será renovado esse convênio. Isso já é certo. O convênio se encerra, este Presidente já tomou uma decisão de que não irá dar continuidade, mas foi um convênio. É um trabalho social, de uma instituição reconhecida. Só isso. Ver.ª Sofia, por favor, V. Exa. tem mais informações a fornecer ao Ver. Luiz Braz.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Se a ONG a que o Ver. Luiz Braz se refere é a Amurt-Amurtel, trata-se de uma entidade de Porto Alegre que tem cinco creches comunitárias conveniadas com a Prefeitura, tem um trabalho educativo, mantém núcleos de apoio à família, e não é uma contribuição para a ONG. É uma ONG que intermedeia um projeto de jardinagem em que 10 jovens recebem esse recurso. Atuam na jardinagem, aprendem, é um trabalho educativo e de inclusão. Então, não é uma contribuição para a ONG; aliás, ela faz uma contribuição para a sociedade e uma marca social na nossa Casa. Eu até queria, Ver. Mauro Zacher, solicitar uma pauta com a Presidência e com a Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. Luiz Braz e Ver. João Bosco, eu vou sugerir...

A SRA. SOFIA CAVEDON: Estou surpresa com a extinção desse projeto, Sr. Presidente, porque ele é um compromisso com o Fórum Municipal da Criança e do Adolescente, com o Conselho da Criança e do Adolescente, e eu gostaria que fosse aberto um debate, não uma decisão unilateral de não renovação, porque é uma construção muito importante e de muitos anos nesta Casa, iniciada pelo Presidente Záchia, há vários anos. Foi interrompida apenas por um ano.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver.ª Sofia, Ver. Luiz Braz e Ver. João Bosco, eu sugiro que levemos essas duas pautas para uma reunião de Mesa, para serem discutidos os detalhes, porque eu não teria as informações necessárias.

O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher, quero aqui, em nome dos Partidos de oposição, trazer para o debate um tema com o qual temos contribuído sempre com esta Casa e com a cidade de Porto Alegre, que é o tema da mobilidade urbana. Ontem foi assinado, em Brasília, pela Presidente Dilma, com um conjunto de cidades, o PAC da Mobilidade Urbana, e Porto Alegre está inserida entre essas cidades, com o tema do metrô. Eu quero me debruçar hoje aqui sobre esse tema e trazer uma reflexão: o tema do metrô para Porto Alegre sempre foi muito difícil de ser tratado e não teve a transparência necessária para que todos pudessem contribuir. Se nós recuperarmos, em 2008, no próprio processo de disputa eleitoral, quando esse tema veio à tona, apresentado por nós, nunca foi, naquele momento, assumido pelo então Prefeito.

Aqui nesta Casa foi trazido, Ver. Cecchim, na revisão do Plano Diretor, porque nós já queríamos tratar do traçado do próprio metrô para que a Cidade passasse a discutir como é que vai se desenvolver a Cidade nessa linha onde vai ser instalado o metrô. E a modelagem apresentada está pautada, acordada,

até então, pelo Município, pelo Estado e pela União, numa Parceria Público-Privada. Se é uma Parceria Público-Privada, Ver. João Antonio Dib e Ver.ª Fernanda, e é um projeto republicano, que é União, Estado e Município, obviamente que os três entes têm responsabilidades administrativas e estruturais. Só que o recurso que vêm da União, todos sabem, não é suficiente para fazer toda a obra. Agora, eu pergunto aos colegas Vereadores e Vereadoras aqui: qual é a política que o Município está defendendo e de que forma vão ser buscados os recursos para concluir a obra na sua totalidade, que fica em torno de R$ 2,6 bilhões ou R$ 2,7 bilhões? Então, essa equação, Sr. Presidente, é uma equação que não está clara para a Cidade. E nós queremos aqui, em nome da oposição, dizer que temos grande responsabilidade por termos trabalhado este tema da conquista do metrô. Portanto, agora, também com relação a sua efetivação, estamos não só nos colocando à disposição para o debate como sabemos e temos propostas para ajudar a construir a solução. Uma das propostas é a Operação Urbana Consorciada. Se o Plano Diretor for aplicado como deve ser... E todos sabem que a Parceira Público-Privada é um contrato com a iniciativa privada: ela constrói, põe o dinheiro e depois recebe do Governo; ela não recebe antecipadamente como está sendo colocado agora em pauta. E nós queremos discutir no sentido de que esse projeto possa ser, sim, uma Parceria Público-Privada em que possamos aplicar os instrumentos do Estatuto da Cidade, para que, através dos benefícios, essa região tenha urbanidade e, através de índices do Plano Diretor, não seja um benefício absorvido por poucos, e que eles não sejam transferidos como benefícios públicos para a cidade de Porto Alegre.

Eu concluo com um exemplo. Em São Paulo, naquela região em que foi construída a ponte estaiada, ela foi construída com esta modelagem: Parceria Público-Privada, com Operação Urbana Consorciada, em que o recurso vem da iniciativa privada.

Então, queremos aqui, em nome da oposição, dizer que este é um tema que queremos debater e torná-lo totalmente transparente na sua construção. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, meus senhores e minhas senhoras, eu já fui Secretário de Obras e gostei muito daquele lugar. Trabalha-se muito na Secretaria de Obras. Claro que Procuradores não entendem de obras, e nós temos mais Procuradores do que Engenheiros, então, de repente, pode acontecer evidência. Um procurador diria que está tudo estragado no Viaduto da Conceição, cuja recuperação já foi anunciada uma dezena de vezes, e, nos 16 anos, nunca foi feita. Agora, foi feita. E, de repente, há um vazamento. Qualquer um que não seja Procurador, mas que seja engenheiro ou dono de casa, sabe que isso pode ocorrer num edifício novo. Eu faço o meu edifício, coloco as minhas paredes, os azulejos, coloco todas as coisas, e, de repente, não mais que de repente, rompe um cano de água, e a água, pode ter certeza, vai achar um lugar para passar, e passa. Então, o que está acontecendo ali não é umidade, é um vazamento, que já foi corrigido e que não precisa ser criticado, especialmente, especialmente.... Fica tudo pelo especialmente.

O que nós precisamos saber é que a Cidade precisa de engenheiros, de bons engenheiros, e não criar vagas de Procurador. Depois, eu acho que não se deve criticar por criticar. Quem um dia construiu deve continuar construindo, deve mostrar o que aprendeu e transmitir a sua informação criteriosa, justa e absolutamente necessária. Agora, é mais fácil criticar. Construir é um pouco mais difícil. É muito mais difícil construir do que criticar, porque construir demora, tem que ter conhecimento, e, para criticar, eu não preciso saber nada, eu apenas digo que está tudo errado, falo mais alto ainda, e critico tudo. OU seja, aquilo que eu defendia ontem não vale mais hoje. Mas, hoje, infelizmente, ou felizmente, muito felizmente até, sou um indivíduo de convicções. Para o que eu defendi ontem pode ser que eu encontre defeitos hoje, pode ser, mas podem ter absoluta convicção de que eu vou levar o conhecimento dos defeitos a quem eu defendi ontem. Não há o que me faça mudar de posição. Não estou preocupado com nada, como nunca estive. Passei por cargos e mais cargos na Prefeitura, nunca pedi um deles, nunca! E às vezes até coloquei condições. Por

isso eu acho que eu não posso criticar a Prefeitura tão duramente como às vezes acontece por aí. Eu acho que a Prefeitura que eu servi ontem deve continuar ser servida por mim. Mesmo nos 16 anos, em que eu era oposição, eu não fazia críticas contundentes. Eu podia fazer um Pedido de Providências para corrigir um defeito, eu telefonava para um Secretário, que eram todos meus amigos, porque eu era um servidor público. E Vereador é um servidor público, e ele tem de ajudar a construir e não só fazer críticas. Muito obrigado. Saúde e PAZ!
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): (15h4min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PR nº 046/11. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PR nº 046/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. JOÃO ANTONIO DIB (Questão de Ordem): Na segunda-feira, nós estávamos discutindo o Projeto que cria o Fundo de Proteção aos Animais e solicitamos o adiamento da discussão do Projeto por uma Sessão, até porque a Ver.ª Fernanda Melchionna apresentaria uma emenda, mas eu não o estou vendo no espelho da Sessão de hoje. E a Ver.ª Fernanda está providenciando a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Vossa Excelência tem razão e, se V. Exa. desejar, nós o colocaremos na priorização. (Pausa.)

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Não, pode colocar em discussão o próximo projeto, pois a Ver.ª Fernanda ainda está redigindo a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Ver. Dib.

Em discussão o PLL nº 264/09. (Pausa.) Não há quem queria discutir. Em votação o PLL nº 264/09. (Pausa.)

A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 264/09.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, talvez a gente devesse fazer em discussão, mas acho que o Ver. Mario Manfro merece que tenhamos um encaminhamento final do seu Projeto. Ele teve a compreensão que o Conselho Municipal de Educação pudesse se manifestar sobre o tema. O Projeto do Vereador poderia ser um tanto controverso, talvez a gente devesse fazer um debate melhor com as escolas, mas ele tem a boa intenção de organizar apoios voluntários às escolas. Fica impedido ou fica bem claro que nenhuma escola deve obrigação a entidades que venham apoiar com algum tipo de donativo, não tem vinculação com projeto pedagógico. O Conselho Municipal de Educação não encontrou tanto problema. Eu apenas não gosto do termo adoção, no caso, de escolas; nem de 'amigo da escola', porque acho que a educação pública tem que ser mantida pelo Poder Público para ser gratuita, para não haver barreiras, não haver condicionamentos, ser um espaço de livre construção de pensamento, de identidade, de sujeitos autônomos. Mas, me parece, Ver. Mario Manfro, que nenhum risco aparente apresenta o Projeto. Então eu estou encaminhando em nome da Bancada e sugiro à nossa Bancada que nos abstenhamos de votar o Projeto. O Projeto, na verdade, não impõe, e acho que o Governo Municipal deve avaliar melhor junto com as escolas antes de manifestar-se por aprovação ou Veto. Acho que é muito importante que as escolas municipais digam o que acham do tema. Só quero trazer à guisa desse encaminhamento que há outras questões bem mais graves, Ver. Mario Manfro, acontecendo nas escolas municipais: a mobilização dos municipários. Há três itens importantes da área da Educação, e um deles é o tema da inclusão escolar. Nós temos turmas, e o Ver. Mario Manfro é um Vereador muito sensível, vários Vereadores sabem do tema da inclusão dos alunos com

deficiência. A nossa Rede Municipal proporcionalmente em relação à Rede Estadual inclui muito mais crianças com deficiência, muito mais, Ver. Dib. Chega a ter turmas de 1º a 4º ano com quatro ou cinco crianças incluídas. Mas isso está causando um tensionamento, uma angústia nos professores, muito grande, porque é difícil dar aquela atenção individual àquela criança que exige, porque ela não se organiza coletivamente. Está na pauta do Simpa, está na pauta específica da ATEMPA o tema de melhores condições para fazer a inclusão escolar, e não será com a adoção de escolas; será com recursos humanos, porque o problema dos recursos físicos não é o principal. Desculpa, Ver. Mario Manfro, estar trazendo esse aspecto, mas acho que o seu Projeto enseja exatamente o debate. Então há a questão de recursos humanos, de turmas menores, de apoio para inclusão de criança com deficiência, que é uma característica muito positiva da nossa Rede Municipal, incluir essas crianças, não massacrar com nota e, a partir do lugar onde essa criança está, produzir a mudança, produzir a aprendizagem, mas para isso precisa de apoio e respaldo.

Por outro lado, o outro tema é da violência. Não é simples. Nós tivemos a Escola Morro da Cruz, há duas semanas, que parou alguns dias. Uma situação de difícil contorno, de agressões de aluno contra professor, comunidade, mães. Não é uma situação isolada, e o problema da nossa Rede não é necessariamente porque são escolas de madeira ou muito vulneráveis, é porque ela está instalada nas áreas mais vulneráveis, de maior violência. Nós temos que ter um programa mais forte de suporte aos professores, de trabalho de cultura da paz com comunidades, de apoio às escolas, porque há um *stress* muito importante acontecendo no trabalho dos professores da Rede Municipal de Ensino.

Por fim, chamo a atenção do tema da Educação Infantil, própria da rede de ensino; são as 33 escolas infantis de turno integral. Essas escolas infantis estão sofrendo com a falta de pessoal. Nós temos muitos estagiários trabalhando no atendimento à criança de zero a seis anos, a própria Secretária Cleci Maria Jurach reconhece. O estagiário é um aprendiz, ele não poderia ficar sozinho com turma, mas fica muitas vezes, e ele é itinerante: assim como ele entra no estágio, ele se desliga. É muito difícil para as escolas infantis, que atuam com bebês, até os cinco anos, que atendem das 7h às 19h, não

contarem com um grupo fixo, com um grupo adulto. Há grupo de monitores que precisam de nomeação, que precisam de carreira e de valorização, que são os monitores, os adultos contratados que não são professores. Então são muitos elementos que o Projeto não resolve, Ver. Mario.

É um Projeto que traz esse debate e que, certamente, fará com que a Secretária de Educação discuta com as direções de escolas e veja se é pertinente o Prefeito... Aí, eu acho – o Ver. João Antonio Dib diz que não – que a Prefeitura deve se posicionar sobre o Projeto. Na minha opinião e na da nossa Bancada, não se deve não colocar obstáculo, mas se abster na votação. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. DJ Cassiá está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 264/09.

O SR. DJ CASSIÁ: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. João Antonio Dib, eu estava aqui atento às colocações da Ver.ª Sofia Cavedon. Ver.ª Sofia Cavedon, que existem dificuldades na questão da Educação do Município é evidente; agora, a diferença, Ver.ª Sofia Cavedon, que a senhora tem esquecido de colocar aqui e de defender até... porque este Projeto, de autoria do Ver. Mario Manfro, é um Projeto de extrema importância. É evidente que o Projeto, Ver.ª Sofia, indica alguns ajustes; agora, não consigo entender, Ver.ª Sofia: a senhora, como uma das maiores defensoras dos nossos mestres, que são os professores... A senhora sobe a esta tribuna com propriedade porque a senhora é da área da Educação; agora, está deixando a desejar quando se trata da questão do Estado. Temos escolas, Ver.ª Sofia, do Estado, dentro da área geográfica de Porto Alegre, que também fazem parte, Ver. Tessaro. Não podemos só falar na questão do Município; tem escolas, dentro da área geográfica de Porto Alegre, que são do Estado, que têm as mesmas dificuldades ou, pior ainda, não se comparam, Ver. José Freitas, não se comparam com as escolas do Município. Quero aqui só dizer, para encaminhar esta votação, que a diferença entre a Educação do Estado e do Município é incrível. Incrível! O que o Governo do Município investe na Educação, aqui, é incomparável com o que investe o Governo do Estado.

Para concluir, Ver.ª Sofia: concordo com a senhora, mas também continuo dizendo, Ver.ª Sofia, que a senhora tem que incluir, nos seus debates, a questão das escolas estaduais que estão dentro da área geográfica de Porto Alegre. A senhora está esquecendo; eu gostaria que a senhora lembrasse, quando subir a esta tribuna, das escolas que estão sucateadas, que estão com falta de professores. São diversas as dificuldades que essas escolas têm, Ver. Tarciso. Eu gostaria que a senhora lembrasse, nos seus pronunciamentos, nas suas reivindicações, lembrasse das escolas estaduais, que estão em péssimo estado aqui em Porto Alegre. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 264/09.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; acho que um homem deve ser seguidor das coisas que ele prega. Como eu sempre falo do guru indiano que, dando uma aula para o americano, disse “simplifica, meu filho, simplifica”, eu vou simplificar sendo absolutamente objetivo. Claro que Vereador tem responsabilidade, eu não posso esquecer isso, e tem que ter seriedade também, então, este Projeto foi por mim examinado na Comissão das Finanças, e eu vou ler parte do meu Parecer, que esclarece tudo e vale como um elogio ao Ver. Mario Manfro (Lê.): “Vindo o Projeto para Parecer deste relator, foi solicitada diligência ao Executivo para que a Secretaria Municipal de Educação se manifestasse quanto ao interesse ou não do seu acolhimento. Em ampla análise, em que aborda aspectos legais, financeiros e da moderna tendência da administração pública em buscar parcerias para a consecução dos seus objetivos, além de referir o dever do Município e do Estado em propiciar acesso ao ensino, posiciona-se favoravelmente à Proposição. Desta forma, considerando que o Programa a ser instituído – que qualificará os espaços escolares – não trará qualquer ônus para a Administração Pública, ao contrário, desonerará o erário, manifestamo-nos, diante das atribuições desta Comissão contidas no art. 37 do Regimento, pela aprovação do Projeto.”

Acho que não há o que misturar além daquilo que o Ver. Mario Manfro propôs com muita sabedoria, com muita ciência. Então, espero que o Projeto seja aprovado por unanimidade, sem maiores problemas. Saúde e PAZ!
(Não revisado pelo orador.).

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Em votação o PLL nº 264/09. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com abstenção da Ver.ª Sofia Cavedon e da Ver.ª Fernanda Melchionna.

Em discussão o PLCE nº 002/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLCE nº 002/12. (Pausa.)

A Ver.ª Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/12.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras; esse Projeto é bastante complicado, Ver. João Antonio Dib, e eu gostaria de solicitar ao Líder do Governo uma planilha para ver em quanto reduz de Declaração Municipal informativa das condições do solo, da Taxa de Aprovação e Licença de Parcelamento do Solo, uma série de valores que são alterados na tabela para o lançamento da Taxa de Aprovação e Licença de Parcelamento do Solo. Eu sei, e o Ver. João Antonio Dib disse na reunião de Mesas e Lideranças, de uma adequação que havia sido combinada com setores da construção civil aparentemente, pelo Governo, porque nós votamos uma tabela aqui na Câmara Municipal, e esta tabela reduz os valores, Ver.ª Sofia Cavedon, para todas essas questões envolvendo o parcelamento do solo, a DM e uma série de outras coisas. Eu fiquei pensando, Ver. Idenir Cecchim, em quanto a construção civil tem ganhado nesse País, seja através do Governo Federal, através do BNDES, que tem dado empréstimos a fundo perdido para dezenas de empresas da construção civil que estão com os projetos tanto do Minha Casa, Minha Vida como os vinculados à Copa de 2014; eu fiquei pensando em mais uma questão de diminuição de arrecadação da

Prefeitura, porque nós estamos falando para todos os munícipes da Cidade. Eu me lembro bem do Projeto do Ver. Bernardino Vendruscolo que aumentava seis dias a possibilidade de as pessoas pagarem o IPTU com desconto. Qual foi o argumento do Governo, àquela época, Ver. José Freitas, que ainda não estava aqui conosco? Que não podia aumentar os dias, porque diminuiria a arrecadação municipal, e cada centavo dos impostos municipais faria falta para a Saúde, para a Educação, para as políticas de Segurança pública. Eu discordei do Governo, Ver. Brasinha, porque nós sabemos que existe uma falta de prioridade e que muito dinheiro é gasto para pagar os CCs, a publicidade que nós estamos vendo toda hora televisão. Aliás, como aumentou a propaganda da Prefeitura neste ano de 2012, que, casualmente, é ano eleitoral! O Projeto do IPTU era meritório, com mais prazo para a população. Agora, eu não consigo entender essa lógica de que, para alguns, se diminuem impostos e se diminui a arrecadação do Município para todos os porto-alegrenses; e, para outros, como no caso do IPTU, para todos, para os munícipes, significaria quebrar os cofres públicos. Eu não consigo entender esta lógica do Governo que, para a construção civil, para setores da construção civil, ou mesmo da especulação imobiliária, como nós vimos no caso do Pontal do Estaleiro, pode tudo. Mas, para a população, seria quebrar os cofres públicos. Essa lógica nós não aceitamos.

Agora, eu pergunto quanto será deixado de arrecadar com esta mudança na tabela? Pergunto ao Líder do Governo, pergunto aos Vereadores que são defensores do Projeto quanto envolve de recursos públicos ou recursos que deixarão de ser arrecadados para a Prefeitura de Porto Alegre, portanto, para os porto-alegrenses.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/12.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores; eu venho aqui encaminhar em nome da minha Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Primeiro, quero fazer um registro. No final do ano passado, o Governo mandou um Projeto a esta Casa para fazer um reajuste das taxas de licenciamento. Era um reajuste para o qual não foi feita a concertação necessária com a cidade de Porto Alegre nem com esta Câmara de Vereadores. E se abriu um debate porque tinha alguns itens, Ver.ª Fernanda, que reajustavam em mais de 2 mil por cento. Neste reajuste que foi feito, se chegou a um meio-termo, a uma concertação. Ver.ª Fernanda, a sua fala está equivocada aqui, não é diminuição de taxas, é aumento de taxas. Se eu entendi desta forma, a tabela aumenta as taxas, algumas aumentavam em 2 mil por cento, e se fez um acordo de equiparar com o Município de Curitiba. E o Executivo, através do então Secretário Márcio Bins Ely, bem como do Secretário Busatto, ficou de encaminhar a esta Casa a tabela concertada, mas a lei foi votada sem vir esta tabela, sem a tabela do acordo. Portanto, o que nós estamos fazendo hoje é cumprir o acerto estabelecido de que o aumento das taxas de licenciamento foi aquele acordado, e nenhuma delas diminui de valor, todas elas aumentam, e algumas aumentam até mil por cento.

O que eu quero trazer aqui – nós votaremos favoravelmente – é outra discussão. Aí eu dialogo com o meu colega Ver. Márcio Bins Ely, que foi Secretário de Planejamento: o setor produtivo da Cidade diz que pode pagar, mas nós temos que ter eficiência e rapidez na aprovação dos projetos. Esse é o grande debate que nós queremos fazer. Inclusive nós temos aqui uma discordância – eu e o Ver. Márcio Bins Ely e muitos outros Vereadores – sobre as DMs. Nós temos provas de que elas demoram até seis meses para serem emitidas.

(Aparte antirregimental.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Bom, então isto a Cidade reclama; principalmente aqueles profissionais que estão entrando, novos, no mercado e que pegam uma casa para fazer a regularização, se não conseguem ter um diálogo e não conseguem ter uma metodologia que seja transparente, que seja eficaz, eles acabam perdendo a sua capacidade profissional. Inclusive, nós achamos e defendemos que alguns projetos básicos de engenharia e

arquitetura não precisaria o técnico nem ir ao Planejamento, tem que ser *on-line*, tem que ser via Internet a sua aprovação. Assim como a Declaração Municipal deve ser *on-line* a sua aprovação. Ou seja, faz o pedido via Internet e recebe a resposta via Internet, com um sistema a ser elaborado, um sistema de planejamento, que possa transformar Porto Alegre, como outras cidades já o fizeram e fazem, que é um sistema de informatização em que o Planejamento da Cidade esteja disponível para toda a população, principalmente para aqueles que necessitam trabalhar profissionalmente nas áreas de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Licenciamento Ambiental e assim por diante. Então, essa tabela que vem readequa os preços. Somos favoráveis, mas queremos registrar aqui que o tema do licenciamento não está resolvido com aprovação deste reajuste que estamos fazendo. E nós queremos e devemos debater a questão da metodologia de licenciamento de projetos, de aprovação dos projetos com rapidez. Essa é a voz do Partido dos Trabalhadores. Votaremos favoravelmente, mas estamos aqui fazendo com que essa agenda possa ser discutida, aprovada e cobrada. E temos cobrado muito aqui do nosso colega Ver. Márcio Bins Ely, que foi o Secretário do Planejamento. Um grande abraço a todos e muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/12.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, depois do pronunciamento do Ver. Engenheiro Comassetto, eu acho que não há nada a acrescentar. Podemos debater futuramente o problema, sem nenhuma dúvida. No entanto, na verdade, o que ocorreu aqui foi que este Vereador, que deveria apresentar a tabela quando veio, fez equivocadamente. O Governo agora apenas está acertando. Quer dizer que é preciso ter 82 anos para dizer que eu errei e estou assumindo o erro, e o Governo está acertando agora. Saúde e PAZ!
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/12.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu venho aqui porque quero discordar completamente da Ver.ª Fernanda Melchionna. O setor da construção é um dos setores que mais dão emprego e o que traz mais compensação a esta Cidade. Ontem mesmo estivemos na inauguração do Shopping Bourbon Wallig, graças ao setor da construção, que permitiu ter uma avenida nova na Zona Norte, a Av. Grécia, o que vai servir muito para desafogar o trânsito da Av. Assis Brasil. Isso é o setor da construção, Ver. Tarciso! Esse trabalho dá melhor andamento ao trânsito, graças a um grupo competente, como o Zaffari, que constrói e colabora com a Cidade. É um grupo que é parceiro do Município, do Governo do Estado. E tem gente que ainda vem falar mal do setor da construção!

Quero dizer que eu fui o primeiro a assinar o Projeto do Pontal do Estaleiro, que seria um presente para a Cidade, para a Copa do Mundo. Quando foi para Consulta Popular, poucos nos representaram e derrubaram o Projeto.

Volto a dizer que sou favorável ao Projeto.

Quando o Ver. Comassetto disse que demora seis meses para tirar uma DM, não é verdade. O Secretário Márcio Bins Ely foi um dos Secretários mais extraordinários, mais competentes lá no Planejamento. Eu, muitas vezes, recorri ao Secretário Márcio Bins Ely e ele sempre trabalhou com elegância ao atender as pessoas e fez um belo trabalho. Se eu falar 30, 40 dias, acredito, mas não seis meses, que é muita diferença. Acho que, se alguma DM levou seis meses, é porque os documentos não estavam certos. O Ver. Comassetto está mal informado, pode voltar atrás no seu discurso, porque isso nunca aconteceu com o Ver. Márcio Bins Ely. São Secretários que trabalham, que foram Vereadores, sabem a dificuldade que tem e facilitaram esse trabalho junto com os Vereadores. Quero dizer que o senhor fez um belo trabalho. Parabéns! E continue o trabalho com o nosso querido Ricardo, que está fazendo um belo trabalho. Quero dizer a todos os Secretários, a todos os Vereadores que sou a favor do Projeto. Não voto duas vezes porque não dá, senão votaria. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/12.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu ouvi alguém dizer que o Cecchim ia defender. Eu acho que isso não precisaria de defesa, porque foi fruto de um acordo bem discutido, bem encaminhado, bem trabalhado e bem calculado. Nós votamos um Projeto anterior que não beneficiava, mas reconhecia os engenheiros, arquitetos. E como se pagaria isso? Precisa ter fonte para pagar. E essa fonte veio do aumento de taxas. Quero dizer a todos que ainda não entenderam que quem paga taxa nesta Cidade não é o Sinduscon: é o Sr. Luiz Braz, quando vai construir; é o Cecchim, quando vai pegar uma DM; é o cara que compra um terreno para fazer o Minha Casa, Minha Vida e precisa da DM e paga – todo o mundo paga.

Nada mais justo do que se fazer essas equalizações. Essa taxa é praticamente a cópia do que se cobra em Curitiba, só que há uma grande diferença daqui para Curitiba. Em Curitiba, as coisas saem rapidinho, e nós ainda não conseguimos, mas vamos conseguir. Temos a promessa dos engenheiros, dos arquitetos, de todo o mundo, de que vão otimizar esse trabalho para fazer com que a população de Porto Alegre possa ter quando pedir, por exemplo, uma DM, mais rapidez, aprovar um pouco mais rápido os projetos, o que está demorado, e aprovar as coisas que o cidadão tem pressa, que sejam mais céleres. Então, esta tabela é apenas uma correção. Isso não tira e não dá nada para ninguém que não seja a população de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/12, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Presidente. Eu estava exatamente ao telefone conversando, Ver. Brasinha, com uma engenheira, para conferir o

prazo que levou uma área da Zona Sul da cidade de Porto Alegre para conseguir a DM - Declaração Municipal. Simplificando, é só pegar o terreno, pegar o Plano Diretor e ver: nesta área se pode construir tanto, é tal tipo, não pode construir indústria; é pode, não pode. Gente, a DM demorou seis meses para uma área da Zona Sul! Não para qualquer coisa; é uma área em que o empreendedor está se esforçando para resolver o grande drama, aliás, a crise que a Cidade está vivendo, da destinação dos resíduos da construção civil, uma crise sem precedentes.

Canoas, há uma semana, fechou o recebimento dos resíduos da construção civil que fazia no Centro de Resíduos Lanner. E os transportadores de caçamba vêm lutando há anos para a Prefeitura mediar esse problema, porque Porto Alegre não tem mais área para receber os resíduos que estão misturados. Aqui só tem a Ábaco, na Zona Norte, que cobra R$ 75,00 para receber a caçamba do tipo nobre, tipo 1, que é só a caliça ou só a terra. É o limpo.

Portanto, todas as 53 transportadoras de Porto Alegre, ex-Secretário Márcio Bins Ely, a quem levamos o problema no ano passado, não tinham sequer licença de operação. Não há onde levar o resíduo misturado. Infelizmente, os geradores colocam ali madeira, tinta, colocam isso e aquilo.

(Aparte antirregimental do Ver. João Antonio Dib.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Estou no assunto, sim, Ver. Dib, porque fechou Canoas, onde cobravam, inclusive, R$ 8,00; a Prefeitura de Canoas subsidiava a recepção desse material que, em grande medida, constitui hoje os focos de lixo na Cidade inteira, em aterros clandestinos. Por quê? Porque é muito caro transportar até Canoas; agora, Canoas fechou, só recebe lixo do tipo 1, Ver. Dib. A crise está instalada desde sexta-feira e no Planejamento leva seis meses para dar uma DM. Infelizmente, neste caso, depois da reunião que tivemos com V. Exa., Ver. Bins Ely, seis meses depois saiu a DM - V. Exa. deve ter pedido para que agilizassem. Mas eu não quero cobrar dos meus colegas. Eu não vi concurso para engenheiro, acho que a Prefeitura tem que ser equipada, tem que ter muito mais gente trabalhando, senão a Cidade

tranca. E nesse caso tinha que ser prioridade de Governo! Tinha que reunir SMAM, Planejamento, SMOV, DMLU; tinha que chamar o empreendedor e dizer a ele que quer o terreno; tinha que ver o EVU, o projeto. Mas que nada! Isso é para solucionar o problema do Governo da Cidade, mas só fica nos escaninhos, andando burocraticamente - isso é uma maluquice! Amanhã pela manhã, teremos reunião com o Secretário da SMAM, Secretário Záchia, e senão tiver a regulamentação, um decreto e uma solução, vai ter manifestação na cidade de Porto Alegre. Então, nós trabalhamos esse tema durante o ano passado com o Grupo de Trabalho, e começaram a sair as licenças de operação. Agora, vejam - pasmem -, por que eu problematizo, Ver.ª Fernanda? Nós estamos aumentando as taxas. A EPTC, que é a que melhor funciona na fiscalização, afirmou-nos, em reunião, ontem, que está há anos pedindo para a PROCEMPA - que recebe só da SMED, só em um convênio, R$ 4,5 milhões -, informatizar os cadastros das transportadoras, Ver. Tessaro. A SMIC tem um cadastro, a EPTC tem um manual - manual! -, e aí cobram-se mais taxas, e quando a Prefeitura vai otimizar os processos para resolver problemas ambientais? Problemas de políticas públicas gravíssimos. Então, nós vamos aprovar. Isso é um acordo, é uma construção com o Sinduscon, essa tabela que não sobe tanto o valor. E, Ver.ª Fernanda, é aumentar mais ainda o valor diante da inoperância, da falta de investimento, de fato, em pessoal, em processos transparentes. Eu intermediei duas reuniões, no ano passado, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ela entra com um processo para aprovar, tem dinheiro em caixa - muito dinheiro -, e levou dois anos e meio, ou três anos, para aprovar o Hospital Odontológico, Ver. Mario Manfro, que agora está construindo! Mas por quê? Porque um dia vai lá o engenheiro e leva o processo; eles devolvem - “Ah, tem que arrumar isso aí”; devolvem, e outro funcionário tem outra ideia - “Ah, mais umas coisinhas para arrumar”. Vai, de novo, para o escaninho! A UFRGS – e não estou inventando – não consegue realizar as obras na cidade de Porto Alegre! Então, eu acho que essa reflexão, essa sacudida tem que ser feita! Não adianta só querer aumentar taxas e não alterarem os processos! Inclusive, estão exigindo da UFRGS ampliar a Rua Ramiro Barcelos, para ela poder fazer o prédio da Universidade! Agora, da Arena do Grêmio – “Não, não precisa duplicar a Av. A. J. Renner, não precisa

fazer acesso da BR-448". Nada disso para a Arena do Grêmio, Ver. Todeschini, mas para a UFRGS, sim. A UFRGS tem que ampliar a Rua Ramiro Barcelos. Que pesos! Que medidas! Que critérios! Vamos nos revisar, façam o favor, pessoal!
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/12.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente Mauro Zacher, cumprimentando V. Exa.; cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras; público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara; senhoras e senhores, eu venho a esta tribuna, em nome do meu Partido, encaminhar a votação do presente Projeto, no sentido também de fazer aqui uma análise da cronologia, e acompanhar aqueles que se manifestaram, no sentido de encaminhar pela aprovação da tabela que está sendo submetida à apreciação dos nobres Pares. Como é sabido, no final de 2009 e início de 2010, nós tivemos o movimento "tartaruga" por parte dos engenheiros e arquitetos na Prefeitura Municipal e pedir uma equiparação de uma gratificação; foi construída uma alternativa junto com esta Colenda, no sentido de que fosse concedido o aumento, um diferencial pela produção e incentivo técnico para engenheiros e arquitetos. Quando se oferece um aumento, ou quando uma categoria recebe algum tipo de incentivo, o recurso precisa sair de algum lugar. Nós, então, construímos, junto com o setor da construção civil, um ajuste na tabela, que está sendo submetido à apreciação da Câmara, para corrigir alguns pequenos valores e ajustar as tabelas para loteamentos, aprovações, condomínios, DMs. É nesse sentido que estaremos acompanhando. Como bem falou o Ver. Dib, foi encaminhada para cá uma tabela, e, por alguma razão, votou-se a tabela de maneira equivocada; então, hoje, o Projeto retorna à Câmara para que se faça essa correção. Nós tínhamos um prazo de seis meses para fazer essa correção, 180 dias para entrada em vigor da tabela, e é dentro desse prazo que o Executivo traz aqui alguns ajustes, para que possamos honrar o compromisso com os engenheiros e os arquitetos. Quero dizer para a Cidade que o principal beneficiário desse

processo todo é o cidadão, porque, no fundo, essa responsabilidade, que foi arguida pelos que me antecederam, de serem agilizados os processos, está caminhando significativamente, sim. Queria trazer alguns exemplos que foram votados e aprovados na Casa, que respaldam essa afirmação que estamos fazendo. Um deles foi a criação do concurso para engenheiros e arquitetos, tanto para a Secretaria de Obras, quanto para Secretaria de Planejamento, como para o DEP, para a Fazenda e outros Órgãos que necessitem da contratação de engenheiros e arquitetos. No final do ao passado, foi aprovada a criação de 11 cargos para engenheiros e 11 cargos para arquitetos e, agora, para mais 19 engenheiros e 11 arquitetos, para que possamos dar agilidade ao volume de demandas, especialmente nesse período de véspera de Copa do Mundo, em que a Cidade vive momentos de efervescência urbanística, principalmente pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Então, efetivamente, movimentos estão se organizando dentro das estruturas, inclusive por força de lei, para criarem condições de agilizar a tramitação e desburocratização do serviço público, que é um benefício para o cidadão que está lá na ponta, que é quem vai comprar a sua casa própria, o seu apartamento, o seu imóvel. E é neste sentido, então, que eu quero também trazer mais alguns elementos.

Percebi que alguns Vereadores se utilizaram da justificativa de adequação da tabela para que, fruto desse reajuste dos valores de tramitações, possamos pagar essa gratificação aos engenheiros e arquitetos, tendo como reflexo da melhoria no vencimento desses profissionais o compromisso de agilizar o serviço. Eu quero dizer que nós tivemos, sim, durante esse período da greve branca, da operação “tartaruga”, num determinado momento, um atraso na emissão das DMs de um mês!

Então, feita a readequação dos salários dos engenheiros e arquitetos, terminou a operação “tartaruga”, e foi aqui aprovada a criação de novos cargos; é bem verdade que, agora em maio, vence o concurso para engenheiros e arquitetos. Então, foi importante a agilidade que a Câmara deu na priorização desses projetos.

E, agora, a realidade é que serão contratados profissionais para trabalhar na área das aprovações, e serão melhor remunerados – com a compreensão desta Casa – os profissionais concursados que trabalham nessas pautas

específicas: loteamentos, condomínios, EVUs, obras de grande e médio porte, projetos de primeiro e segundo grau, nível de projeto especial, *shopping centers*, hotéis, ampliações de hospitais; toda essa rede referência que estará atendendo o turismo; o volume que se avizinha de realização de obra na Cidade. Neste sentido, quero dizer que nós encaminhamos pela aprovação desta correção, que vai resultar, sim, num aumento de valores para o setor e para o mercado imobiliário, mas que está compactuada porque, ao final, a grande beneficiária será a população, que vai pagar melhor os engenheiros e os arquitetos, esses servidores públicos, que, ao passarem a receber mais, e com as novas contratações, teremos mais agilidade nesse serviço na Cidade, priorizando esta pauta como uma política prioritária também no nosso Governo. Muito obrigado pela atenção e encaminhamos pela aprovação. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/12.

O SR. NELCIR TESSARO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, venho a esta tribuna em nome da minha Bancada, PSD, encaminhar o Projeto de Lei Complementar nº 002/12, que é uma adequação do que votamos final do ano passado. Acho justa essa adequação, embora, na ocasião, tenha achado muito elevadas as taxas que estavam sendo aplicadas para a fiscalização, para os requerimentos, tanto da SMOV quanto do Planejamento, e essas taxas não eram adequadas há muito tempo, Ver. Cecchim.
Mas eu quero falar da necessidade de essas taxas se reverterem em agilidade no setor, principalmente, de aprovação de projetos, nesta Capital.
O Ver. Brasinha disse aqui que a cidade de Porto Alegre está muito bem, que as DMs estão muito rápidas, que os licenciamentos estão muito rápidos, e eu quero dizer que ainda ontem, recebi em meu Gabinete uma pessoa querendo saber o que fazer, porque tem um empreendimento que está parado há oito meses aguardando uma DM – oito meses. É muito tempo, não é?

E, também, sou testemunha do sofrimento por que passa a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e pois participei de diversas reuniões como Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre para o licenciamento da sua faculdade. E, mesmo intermediando as negociações, não consegui fazer com que as coisas andassem para o licenciamento. Foi lamentável o que eles queriam fazer quanto ao estacionamento, que não poderia ser no campo de futebol; as exigências que foram feitas para o Hospital de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, jamais eu vi em outros setores desta Cidade. Eu não vejo essa exigência lá na Arena do Grêmio, no licenciamento para as coisas no entorno do Inter, para as ruas do entorno - eu não vejo tanta exigência. Mas, lamentavelmente, acontece aqui.

O Ver. Cecchim também tem muita proximidade com o ramo da construção civil e sabe tudo o que as empresas estão passando. A Construtora quer zero a três no Condomínio Belize, que está para ser construído, ao lado do Jardim Paraíso, entregue há um mês na Vila Restinga; ele está há, exatamente, um ano e três meses para receber as diretrizes para fazer o loteamento. A sua reserva, o compromisso de dois anos que ele fez com o proprietário do imóvel termina em junho deste ano, e não conseguiu licenciamento para entregar o projeto na Caixa Econômica Federal. Depois dizem que a Caixa Econômica Federal é culpada! Não, é a “burrocracia” que impera neste Município, principalmente, nessas duas Secretarias. Convenhamos, está na hora de alguém fazer com que as coisas sejam mais agilizadas. A Cauge já existia, e foi criada a Cadap como uma solução. A Cadap não funciona, ela hoje está pior do que a Cauge.

Lembro muito bem quando, em 2007, fizemos uma reunião para buscar os modelos de São Paulo e de Curitiba. Sentariam todos em uma única mesa, mas os representantes das Secretarias seriam obrigados a ter poder de decisão para, em 60 dias, levarem a resposta para a aprovação de cada projeto: seriam enviadas dez cópias dos projetos para cada um dos representantes, que trariam a solução em 60 dias. Nada disse funcionou em Porto Alegre. Nós colocamos aqui, agora, e vamos ver se o Município, quem sabe, com a arrecadação dessas taxas possa aperfeiçoar. Eu espero que esta Casa acompanhe a votação, que é necessária para a Cidade: uma lei que

determina que a DM seja entregue ao solicitante eletronicamente, pela Internet. Em Curitiba, são cinco dias; aqui nós colocamos 30 dias, eu acho que é viável. Se vamos arrecadar mais taxas, vamos aperfeiçoar e colocar a tecnologia para o bem do cidadão para facilitar a sua vida, e não complicá-la. É muito fácil! Todo o mapa da Cidade está hoje digitalizado, vamos implantar e colocar ali, Ver. Carlos Todeschini, tudo o que se pode construir em cima de um terreno: as primeiras informações, aquelas básicas para uma construtora. Qualquer cidadão que está vindo para Porto Alegre e quer instalar aqui uma indústria ou seja o que for, Ver. José Freitas, olha no mapa de Porto Alegre e diz: "Aqui no Cristo Redentor eu posso construir isso; aqui na D. Pedro, porque tem o problema da proximidade do Aeroporto, eu só posso construir isso." Aí tem as diretrizes do que se pode fazer numa cidade. Uma cidade planejada tem que ter diretrizes, uma organização, e tem que usar o nosso sistema, que, hoje, é inadmissível. Se nós temos um sistema para multar a placa de um veículo que está trafegando rapidamente, nós não vamos ter um sistema eletrônico para fornecer os dados *on-line*? Eu estou dando 30 dias, mas poderia ser instantâneo, *on-line*: apertar uma tecla. Mas aí, Ver. Carlos Todeschini, vai haver um grande problema: não precisa mais a interferência política dentro das Secretarias e fica difícil olhar nos olhos dos cidadãos e dizer: "Olha, a tua DM está aqui, estou apressando, mas eu preciso de ti depois para retribuir em votos, depois, na época da minha eleição". A troca de agilidades por voto não vai acontecer! Tem que acabar isso! O cidadão não é obrigado a votar porque uma secretaria A, B ou C trabalhou rapidamente, como se deve fazer nesta Cidade. Quem está no Governo tem obrigação de atender bem a comunidade, atender bem o cidadão e, principalmente, cumprir o seu juramento de fazer com que as coisas sejam para o bem de todos e não só para alguns, os amigos do rei, para os quais se pode fazer mais rápido; aqueles que não têm uma pessoa próxima lá têm que seguir aquela via sacra que muitas vezes termina na desistência das obras, como ocorre em alguns setores, como em empresas de Porto Alegre, que dizem: "Nós vamos desistir de construir em Porto Alegre por causa da burocracia, vamos desistir." E é por isso que as obras da Cidade estão parando, principalmente da habitação social".

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/12, pelo Governo.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, agradeço ao Líder, Ver. João Antonio Dib, a cessão do tempo.

Sr. Presidente, acho que é preciso, no exame mais largo do assunto, cumprimentar o Governo, sem dúvida, e encaminhar pela aprovação, mas não sem fazer algumas observações que me parecem importantes e que são pertinentes.

Se alguns de nós aqui ou a maioria de nós sacraliza o trabalho - e não há trabalho sem o trabalhador -, da mesma forma é importante que venhamos a sacralizar o empreendedor, aquele que é a verdadeira mola mestra da sociedade; aquele que, a partir do seu sonho, da sua aspiração e do seu esforço, ajuda a mover o mundo. E sacralizando o empreendedor como devemos sacralizar também o trabalhador, porque são figuras que se complementam, obviamente, nós temos que entender o Poder Público como facilitador da vida e da existência de ambos. Nisso me parece que é louvável esse esforço do Governo, porque olha para um segmento, para um assunto extremamente importante para a Cidade, que é o seu desenvolvimento. Mas o seu desenvolvimento é estrangulado, Ver. Kevin Krieger. Pessoas, muitas vezes, me cobraram – me cobravam, e cobravam com razão –, na SMIC, a demora ou a não concessão, eventualmente, de um alvará. Mas um alvará, para uma determinada atividade econômica, só é possível ser alcançado quando aquela atividade vence as diversas etapas que precedem o alvará: ela tem que ter a DM, ela tem que ter o habite-se, ela tem que ter a licença de operação, ela tem que ter a licença ambiental, ela tem que ter o alvará da Saúde. Depois de todo esse périplo que o empreendedor tem que percorrer dentro da burocracia do Município, lá, na última instância, ele recebe o alvará. Isto me parece um equívoco, e eu sustento que tem sido um equívoco. A forma como nós, como políticos, como agentes públicos, como homens e mulheres responsáveis pelo desenvolvimento da Cidade, pela geração de emprego, e, a

partir do emprego, da própria dignidade das pessoas, porque é do emprego que vem a dignidade... Ontem, estivemos no Zaffari, e eu pensava: quantos jovens vão ter suas vidas inauguradas aqui, quantos pequenos empreendedores tiveram oportunidades e trabalhos na construção deste grande empreendimento? Desde aquele, Ver. Cecchim, que entregou as pedras, daquele que carregou as pedras, daquele que colocou as pedras.

Então, volto a dizer, nós temos que sacralizar o empreendedor como a mola mestra da Cidade e criar para ele uma espécie de tapete vermelho. Quando alguém quiser trazer um projeto para Porto Alegre, como esse, do Zaffari, ou um pequeno mercadinho, que vai gerar emprego para uma família, nós precisamos tratar essa pessoa com um tapete vermelho. Nós precisamos criar o que eu insisto com o Prefeito Fortunati – e agradeço a ele porque encaminhou este Projeto – desde o primeiro dia: nós precisamos criar uma via rápida; precisamos, sim, agilizar a tramitação, as DMs têm ser mais rápidas, Sr. Presidente! Não obstante o esforço da Secretaria do Planejamento... Não é culpa do Secretário; é culpa de uma estrutura que se criou, que, muitas vezes, está além do Secretário. Assim como a demora na concessão do alvará, muitas vezes, Secretário Cecchim, não é culpa do Secretário da SMIC; é das dificuldades da estrutura que foi sendo criada, Ver. Tessaro.

Então, nós temos que agilizar a tramitação! Quem trouxer um projeto para Porto Alegre, volto a dizer, independentemente do porte, ele tem que protocolar na Prefeitura, num guichê só! Ele não tem que ter dez guichês para andar com um processo debaixo do braço, para cima e para baixo, suplicando, porque o empreendedor hoje, ou qualquer outro, como o pequeno empreendedor, é um suplicante: ele tem que entregar o processo e ali tem que encaminhar, independentemente da sua vontade. Ele tem que receber a DM, porque paga imposto, e a contraprestação que ele espera do Poder público do Estado, no caso da municipalidade... É em 15 dias a resposta. E, se for para dizer “não”, tem que dizer não em um mês, e dizer porque disse não.

Então, este Projeto vem no sentido de colocar um tijolo a mais nessa construção, que é uma estrutura pública; que permita aos engenheiros, num primeiro momento - mais a eles, obviamente, porque eles são essências a isso -, a toda a estrutura pública, para que haja mais condições de trabalhar. Mas aí

nós não podemos esquecer que não é só dar condições: nós temos que cobrar metas, temos que ter a via rápida; no prazo máximo em 2 anos, Porto Alegre tem que entregar o alvará definitivo para quem quer que seja - passado na Secretaria do Meio, passado na Secretaria do Planejamento, passado na Secretaria do Planejamento, passado na SMOV, passado na SMAM, passado na SMIC, seja onde for. Temos que tornar esse processo mais transparente, temos que colocá-lo na Internet, inclusive dizendo quem é o servidor, quem é o responsável, quanto tempo está com ele, por que ele ainda não despachou.

Temos que diminuir as instâncias de poder e a burocracia! É a única forma que nós, como Poder público, temos para diminuir a corrupção, que é o mal que assola este País. Quanto mais guichês são criados, mais instâncias de negociação se criam, muitas vezes para interesses que são escusos, que são omissos; e muitas vezes para interesses corporativos, que trabalham contra a sociedade, em favor do segmento “A”, dos engenheiros, do segmento “B”, dos advogados, seja lá do que for, ou das corporações que, infelizmente, se organizam e se arregimentam dessa forma.

Então, é preciso agilizar a tramitação, torná-la transparente e diminuir as instâncias burocráticas e de poder. Parece-me que é a isso que, em última análise, em síntese, este Projeto dá o primeiro passo quando revê a tabela desses serviços. Exatamente, como disse o Secretário Márcio Bins Ely, para poder retornar esses valores para criar uma estrutura que seja uma estrutura que trabalhe em favor daquele que contribui, que paga os impostos; para ele, o cidadão, é que o nosso serviço deve ser dirigido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Não há mais quem queira encaminhar. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLCE nº 002/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**; 3 **ABSTENÇÕES**.

Em discussão o PLCE nº 002/11. (Pausa.)

Apregoo a Emenda nº 01 ao PLCE nº 002/11 (Lê.): “Acrescente-se inc. V ao art. 7º do PLCE nº 002/11, conforme segue: ‘Art. 7º ... V – 1 (um) integrante de, pelo menos, uma entidade da sociedade civil, com atuação reconhecida na proteção dos animais.’ ...”, de autoria da Ver.ª Fernanda Melchionna.

Apregoo Requerimento, de autoria da Ver.ª Fernanda Melchionna, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01, de sua autoria, ao PLCE nº 002/11, à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O SR. VALTER NAGELSTEIN (Requerimento): Antes que V. Exa. apregoe a Emenda nº 02, que é de autoria deste Vereador, ao PLCE nº 002/11, estou requerendo a retirada dela.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): *O.k.*, então não iremos apregoá-la.

A Ver.ª Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/11.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu pretendo ser muito breve. Primeiro, gostaria de falar da importância da consolidação das políticas, Ver. Pedro Ruas, no sentido de proteger os animais, de reconhecer o direito dos animais e de buscar aumentar a proteção. Este Projeto trata da constituição de um fundo dotado com orçamento oriundo de várias modalidades, o que parece bastante importante. Nós fizemos, eu e o Ver. Pedro Ruas, e consultamos o Líder do Governo, o Ver. João Antonio Dib, uma Emenda que inclui, Ver. Idenir Cecchim, no Conselho Gestor desse Fundo, entidades de proteção e defesa dos direitos animais reconhecidas, uma ao menos, podendo, evidentemente, a critério do Governo, ampliar, uma entidade que faça parte das discussões, da gestão da aplicação do Fundo no Município de Porto Alegre.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigado, Ver.ª Fernanda. Quero, aproveitar o seu pronunciamento e declinar o meu voto favorável à sua Emenda.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Obrigada, Ver. Cecchim. Agradecemos muito e, na verdade, temos certeza de que vai haver uma qualificação do Fundo e do Conselho Gestor a partir da nossa Emenda. Então, só queria explicar o teor da Emenda e dizer que nós pedimos o adiamento por uma Sessão para poder redigi-la e apresentá-la. E tenho certeza de que isso vai qualificar o fundo, qualificar o Projeto. Porto Alegre vem avançando e precisa avançar nessa questão da proteção ao direito dos animais.

O Sr. Pedro Ruas: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.ª Fernanda Melchionna, eu agradeço o aparte de Vossa Excelência. Eu me inscrevi e cedo meu tempo a V. Exa., porque meu aparte pode, exatamente, comprometer o tempo de V. Exa. na tribuna.
Então, rapidamente, assinamos juntos. A Emenda é de inspiração de V. Exa. e tenho certeza absoluta de que, com a aprovação do Líder do Governo, que compreendeu a necessidade de termos também uma entidade da sociedade civil organizada, notoriamente especializada na defesa e proteção dos animais, este Projeto fica como um todo necessário, até imprescindível no momento atual de conscientização que se tem em relação aos direitos dos animais. Então, cumprimento V. Exa. e agradeço o aparte.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Obrigada, Ver. Pedro Ruas, não tenho dúvida de que esse é o sentido da nossa Emenda. Era apenas para fazer esse esclarecimento que eu havia me inscrito. Agradeço a atenção de todos contribuindo para que a gente aprove a Emenda.
Agradeço, também, a paciência e a dedicação do Élson e dos trabalhadores aqui da Câmara, porque nós estamos apoiando a reivindicação dos 100% da GIT, que é uma reivindicação dos trabalhadores com Ensino Superior aqui da Câmara Municipal, equiparação ao que percebem os municipários. A questão

da GIT tem o nosso apoio, Ver. Pedro Ruas, para que se alcancem esses 100%. Deixo isso registrado e consignado aqui na tribuna.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Queria registrar a presença da nossa primeira-dama, Regina Becker. Seja muito bem-vinda.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/11.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores. Eu quero, em primeiro lugar, também saudar a presença da nossa primeira-dama entre nós, neste Legislativo; tenho certeza de que é sempre muito bem-vinda. Ao saudá-la, quero homenagear a causa pela qual ela dedica a sua vida, que é esta causa tão importante, causa da mais ampla dignidade, inclusive de dignidade humana, que é reconhecer os animais como seres sujeitos de direitos também: direito ao bom tratamento, direito ao que é mais sagrado, que é a vida, não só para nós, mas a vida dos próprios animais. É uma causa parece que moderna, porque antes não se tinha essa consciência. Mesmo que tardia, que bom que ela chegou. Quero dizer que, particularmente, acompanho a Emenda da Ver.ª Fernanda Melchionna e dizer por que retirei a minha Emenda, Sr. Presidente: porque eu acredito, nossa primeira-dama, que, de certa forma, ela está subsumida na própria emenda da Ver.ª Fernanda, que é a questão de nós garantirmos - e esse era o objeto da emenda - que os recursos sejam destinados ao Fundo, que vai alimentar esse trabalho tão importante pela luta ao direito dos animais, ou seja, que esse dinheiro seja, de fato, advindo daquelas causas que são relativas ao meio ambiente ou ao direito dos animais. Com relação ao meio ambiente, obviamente, nós temos um problema, pois existe um fundo específico do meio ambiente. Mas o que eu não queria, ou o que eu não gostaria, Ver.ª Fernanda, é que assuntos, por exemplo, atinentes a direitos de crianças e adolescentes, atinentes a direitos de idosos, Ver. Kevin Krieger, que devem ser destinados numa TAC, ou numa transação penal, ou à FASC, ou direitos atinentes à questão de consumo, ou de relações

econômicas, ou de relações de consumo, que são atinentes ao Procon, pudessem, por exemplo, eventualmente, ser desvirtuados, e acabar indo para um fundo que não tenha nada a ver. Mas me parece que o próprio agente, que é o Ministério Público, que, em última análise, opera com isso no momento da transação penal, ou da propositura e da assinatura de um TAC, vai ter esse cuidado.

Então, eu acredito que a emenda da Ver.ª Fernanda ajuda e valoriza as diversas entidades da sociedade civil que estão aí, e nós podemos, no dia a dia, verificar, atestar, no caso das redes sociais, por exemplo, quantas e quantas entidades relativas a cachorros, a gatos, a cavalos abandonados, enfim, a todos os animais que nós vemos no dia a dia, atuando no *facebook* e em todas as redes sociais, fazendo um trabalho que, de fato, muitas vezes, antes de a nossa primeira-dama levantar essa bandeira, nós relegávamos a um segundo plano, ou, até mais perversamente, nós encaminhávamos para a carrocinha para um sacrifício, quando sempre há uma oportunidade, pois a vida sempre precisa encontrar um caminho, Ver. Paulinho Rubem Berta. E nós precisamos ser os facilitadores desse caminho, para que a vida possa prevalecer. E eu acho que é isso que a SEDA faz. Quando nós nos preocuparmos para que as pessoas tenham direito à dignidade, à vida, nós precisamos pensar também nos animais, porque eles têm esse mesmo direito. E as entidades da sociedade civil vão garantir isto, Ver. Kevin Krieger: a democratização desse espaço, a participação daqueles que, de fato, são idealistas, que são engajados, e que possam contribuir com o Governo.

Portanto, e até por isso, Ver. Fernanda, eu acabei retirando a emenda de minha autoria, porque eu acho que essas diversas instâncias de fiscalização, e as outras, como a FASC, como os Conselhos do Menor e do Adolescente, como o Conselho dos Consumidores, e outros tantos que já existem, vão acabar nos ajudando também na regulação desses mecanismos, que são todos, felizmente, muito novos, mas muito positivos, que agregam à sociedade, que vão aperfeiçoando o andamento, não diria do Estado, mas o andamento de algo que é muito maior do que o Estado, muito maior do que o povo, que é o conjunto de todos nós, como povo, que é a nossa organização dentro do “guarda-chuva” do Estado, que é a sociedade. Portanto, eu quero encaminhar,

senhora Vereadora, aplaudindo a sua Emenda, dizendo também, como disse o Ver. Idenir Cecchim, que votarei favoravelmente. Quero dar uma justificativa do motivo pelo qual fiz a retirada da emenda de minha autoria: obviamente, atendendo a um pleito que havia da nossa primeira-dama, mas também por entender que essa garantia que eu pretendia instituir com aquela emenda já está assegurada. Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez, primeira-dama, parabéns pela sua luta, e muito obrigado pela atenção das Sras. e dos Srs. Vereadores.
(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Haroldo de Souza assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/11.

O SR. PEDRO RUAS: Ver. Haroldo de Souza, na presidência dos trabalhos, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste, Sra. Regina Becker, primeira-dama, do Município, nós apresentamos uma emenda que teve inspiração da Ver.ª Fernanda Melchionna, contemplando o tema. E eu quero que seja bem entendido isso, acho que já ficou, porque nós temos um futuro pela frente. Ou seja, a possibilidade de entidade ou entidades, na sociedade civil organizada, terem a representação, parece-me mais do que uma necessidade,; é, na verdade, absolutamente, reitero o que disse no aparte, Ver.ª Fernanda Melchionna, imprescindível ao aprimoramento do Projeto. Há poucos minutos, eu ouvia da Sra. Regina Becker, primeira-dama do Município, a concordância com essa posição, como nós temos concordância, Ver. Freitas, com o conjunto do Projeto. E nos permitam aqui a falta de modéstia, mas a Emenda da Ver.ª Fernanda, a qual tive a honra de assinar junto, aprimora o Projeto; aprimora e o torna absolutamente viável e exemplar. Do meu ponto de vista, Sr. Presidente, Vereadoras e Vereadores, essa legislação passa a ser paradigma para quase 100 mil municípios do País, que, provavelmente, em sua maioria, não tem nada parecido. E nós passamos a ter essa legislação em Porto Alegre nos termos exatos em que todas as organizações internacionais

de defesa dos animais apregoam. Por isso, o Projeto nos traz essa possibilidade, meu caro Ver. Haroldo de Souza, dizendo isto: o Projeto veio com uma série de boas intenções e com uma boa forma. Eu acho que, com a emenda, ele adquire a forma ideal e definitiva. E mais, com a sua aprovação e sanção, passamos a ter Porto Alegre na vanguarda de legislações dessa natureza. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Não há mais quem queira discutir. Em votação o PLCE nº 002/11. (Pausa.)

O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/11.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Obrigado, Presidente Haroldo de Souza. Logicamente, cara Regina, eu venho encaminhar favoravelmente ao Projeto que cria o Fundo Municipal dos Direitos Animais e acho que é o momento de fazer uma breve reflexão. Acho que dentro dessa vanguarda, reconhecida aqui pelo Ver. Pedro Ruas, que a Prefeitura teve no trato com os animais, principalmente no que se refere, Regina, à humanização do trato dos animais, que nós tivemos o prazer de acompanhar, inclusive na visita ao canil municipal, que, agora, a partir de um novo paradigma, trata a questão do animal de uma forma diferenciada, também num trabalho de vanguarda em relação ao resto do País, pois nós temos poucos exemplos similares ao de Porto Alegre, e, sem dúvida nenhuma, acho que avançamos muito nessa questão... Quando se fala em direitos dos animais, se abordam diversos temas. Fala-se na saúde dos animais, mas se desconhece a relação que existe entre a saúde deles e a humana, no momento em que não se discute a importância da relação dos animais com a questão psicológica humana. Hoje em dia, nós temos muitas situações de animais auxiliando os próprios seres humanos, inclusive para eles terem uma maior conexão com a realidade. E falo, especificamente, das crianças e dos adolescentes autistas, mostrando a importância dessa relação com os animais.

Naquela visita que a SEDA proporcionou a mim e ao Ver. Bernardino, ao Canil Municipal, pudemos constatar algumas coisas - eu havia ido lá três vezes nesses três anos em que estou aqui, houve uma visita anterior muito traumática, e o Ver. Beto Moesch participou dessa visita: há um novo olhar que se dá aos animais, principalmente aos domésticos, e eu fiquei entusiasmado, envaidecido por ter dado - assim como o conjunto destes Vereadores, à exceção de um Vereador -, a minha pequena contribuição para que esse Projeto da Secretaria Especial de Direitos dos Animais pudesse se tornar uma realidade.

Além da relação da saúde animal com a saúde humana, além da relação que ela tem com a questão psiquiátrica e psicológica capaz de colocar crianças, jovens e adolescentes em contato maior com a realidade, no caso concreto, das crianças com autismo, sem dúvida nenhuma teremos muitas outras coisas em que a saúde animal pode ter uma relação direta com a saúde humana, como o exemplo trazido pelo Ver. Bernardino daquele cachorrinho que tem três pernas e que nós não esquecemos nunca. Sem dúvida nenhuma, ele já está dando, e certamente dará, uma demonstração de superação, de vontade de viver que, infelizmente, falta até a nós humanos. Então, sem dúvida nenhuma, quando se aprova – e certamente será aprovado por unanimidade este Projeto –, ficamos orgulhosos, por já termos visto funcionando, e esperançosos de, no futuro, podermos ampliar ainda mais essa ação da Secretaria. Muito obrigado. Encaminhamos favoravelmente o Projeto com a Emenda.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/11.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente dos trabalhos, Ver. Haroldo de Souza; colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores, venho aqui em nome da nossa Bancada, do Partido dos Trabalhadores, dizer que votaremos favoravelmente ao Projeto, assim como já fizemos em outra ocasião aqui nesta Casa, no debate da aprovação do Projeto da Secretaria, bem como agora na elaboração de um plano político para essa Secretaria.

Nesse sentido, em nome da minha Bancada, cumprimento a Regina, primeira-dama do Município, e quero dizer que a nossa Bancada tem contribuído muito com esse debate. Eu lembrava, a respeito da análise deste Projeto, que recebi, há pouco, a Constituição do Equador, e nessa Constituição eles instituíram o Direito à Natureza, significando, na sua globalidade, a natureza com os seres vivos e também com os elementos do meio físico; ou seja, água, ar, recursos minerais - tudo isso está inserido na Constituição da República do Equador. E aqui em Porto Alegre, no momento em que fazemos este debate, e, agora, criando o fundo, quero me referir, aqui, a alguns temas que nós já discutimos, já aprovamos aqui nesta Casa, e esses temas ainda estão aguardando que essa política possa ser implementada com mais rigor. O primeiro tema, prezada Regina, é o das carroças. Lá no final de 2007, discutimos, votamos e aprovamos o tema para que fossem retiradas as carroças das ruas, e, em oito anos, apresentar uma política de substituição. Passou o tempo, já estamos no quinto ano após a aprovação daquela legislação e não conseguimos implementar ainda esse debate, ou melhor, essa política, Ver. Adeli Sell, o senhor que foi um dos colaboradores desse debate, com a energia necessária, e as carroças continuam transitando pela Cidade. Alguns animais são bem tratados, mas outros são muito maltratados, até mesmo pela condição de vida dessas famílias que têm as carroças e os cavalos como um meio de sobrevivência, de transporte.

O segundo tema que quero trazer aqui diz respeito ao ambiente natural e à fauna que existe ainda no Município de Porto Alegre. Nós temos em Porto Alegre uma característica diferenciada que é a nossa Região Sul e Extremo-Sul da cidade. Lá na Região Sul e Extremo-Sul vivem ainda famílias de primatas, ou seja, os maiores macacos da América do Sul, que são os bugios, que têm sofrido muito. Primeiro, quando ocorreu a febre amarela, houve uma falsa divulgação de que esses animais, esses primatas eram responsáveis pela transmissão dessa doença. Houve pessoas inclusive caçando esses animais com medo de adquirirem a doença por intermédio dos bugios. Isso é um equivoco. Espero que a Secretaria que está sendo instalada venha para desenvolver um projeto de conhecimento cultural e de proteção ambiental para

que possamos preservar essa riqueza que é a fauna ainda existente em Porto Alegre.

Um terceiro tema que quero trazer aqui, e o batalhão ambiental é muito responsável por isso, é o tema da piracema, a pesca que ainda existe muito forte no Município de Porto Alegre, no Belém Novo, no Lami e na região, que percebemos que não há um respeito no período da piracema. Esse é um período que precisa ser protegido, e creio que a Secretaria dos Animais vem também para, junto com o batalhão ambiental, já no próximo verão, nós podermos ter a proteção, até mesmo porque tem no Governo Federal o Ministério da Pesca que trata disso e tem salário para os pescadores para não pescarem nesse período.

Concluo esta fala em nome do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, cumprimentando a primeira-dama do Município e dizendo que continuaremos contribuindo com esse debate, muitas vezes concordando, muitas vezes discordando, mas com a construção de uma Cidade que seja para todos. Muito obrigado, e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Zacher reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Gostaria de convidar a primeira-dama, Regina Becker, para fazer parte da Mesa.

O Ver. Beto Moesch está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/11.

O SR. BETO MOESCH: Gostaria, Regina Becker, de dividir esse dia de hoje com o Executivo porque, Sr. Presidente, a Câmara de Vereadores tem muito a ver com este Projeto de Lei, para quem está aqui, Ver. Dr. Thiago, parceiro da causa em defesa dos animais, assim como o Ver. Márcio Bins Ely. A necessidade de um Fundo Municipal em Defesa dos Animais é pautada quase que diariamente nesta Casa, desde 2001, quando criamos o Fórum de Bem-Estar Animal em reuniões mensais aqui no Plenário. Fala-se muito da

necessidade de que tivéssemos previsão orçamentária para as castrações. Isso passou a ser uma realidade em 2002, embora muito aquém do necessário, um controle maior dos maus-tratos aos cavalos, que passou a ser uma realidade também em 2002, uma área disponibilizada pela Prefeitura desde essa data. Mas isso em virtude do trabalho da Câmara de Vereadores? Sim, Ver. Toni Proença, não só pautado, mas acompanhado, diligenciado pelas organizações não governamentais de defesa dos animais. Nós temos que, não apenas votar um Projeto de Lei como este, mas mostrar para a sociedade o cenário que resulta de um Projeto de Lei desses. Discutia-se a necessidade da criação de uma Secretaria especifica para isso, assim como o Fundo. E é importante destacar, Ver.ª Maria Celeste - V. Exa. sabe que eu também sou muito crítico a algumas questões do Executivo, e não pode ser diferente; o Ver. Dib sabe -, e nós temos que reconhecer, sim - jamais deixamos de reconhecer uma postura também positiva dos governos anteriores -, que o atual Governo, com relação a este tema, não só é mais parceiro como está promovendo mais resultados. Eu sou de reconhecer e também de criticar o que não está sendo bem-feito.

O Ver. Dr. Thiago colocou muito bem o exemplo do CCZ, a grande diferença que está tendo. Então, quero não apenas encaminhar pela aprovação, mas mostrar o cenário disso tudo. Isso não está caindo de paraquedas. Isso é uma construção da sociedade, da Câmara de Vereadores, e, principalmente coordenada agora pela Regina Becker, com este Projeto de Lei, anteriormente Projeto de Lei da Secretaria dos Animais.

Apenas preciso lembrar o seguinte - Ver. Dr. Goulart, bem-vindo, retornando a esta Casa -, uma coisa são animais domésticos, outra coisa são animais silvestres. Isto aqui é para animais domésticos. Os bugios e outros animais são animais silvestres. O Fundo não abrange isso. É um outro Fundo, é um outro Orçamento, inclusive Federal: Ibama. O Ibama, por lei, é o principal gestor da fauna silvestre. E para nós protegermos a fauna silvestre temos que proteger o habitat natural da fauna silvestre. E não é estimulando invasão em Área de Preservação Permanente, detonando com os animais silvestres que nós vamos defender os bugios, os pássaros, seja lá o que for. Porque o que mais degrada o animal silvestre é o desrespeito ao habitat natural, seja por invasões, seja por

licenças malfeitas no Brasil afora. Mas nós temos que entender: isto aqui é para animais domésticos, que merecem a mesma atenção, obviamente, dos animais silvestres. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/11.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Sra. primeira-dama Regina Becker; esse Projeto, para mim, que sou lá de fora, Ver. Beto Moesch, e que me acostumei com bugios, macacos, passarinhos, beija-flor lá na roça... os animais silvestres se protegem e eles começaram a reaparecer em função da conscientização. Há muito tempo não tinha o inhambu, a saracura, todos esses passarinhos não chegavam perto das casas dos gringos que têm a mania de caçar. Hoje em dia, se enxerga muito disso lá. Tem muitos veados lá também, bastantes veados, e eles estavam longe das propriedades porque os gringos tinham a mania de sair caçando. Agora eles estão próximos, e foi a conscientização que fez isso. Com relação aos animais domésticos, eu acho que todos nós temos uma obrigação. Eles são tão amigos da gente, eles são tão carinhosos! Eu sou um “cachorreiro” declarado e até tenho um Projeto para proibir o aluguel de cães. Eles não só alugam os cachorros como também judiam deles, para eles prestarem serviços com mais raiva. Isso é um absurdo que tem que acabar.
Eu não queria, num momento como este, criticar nada, mas eu tenho que dar uma colocadinha sobre as carroças, e o Ver. Adeli Sell se preocupou muito com isso. Quem colocou essas carroças nas ruas foi aquele mesmo pessoal, e eu não vou falar “PT”. Não foi o PT. Foram alguns, inclusive o Irmão “Xecchin”, ele não se diz Cecchim, ele se chama de “Xecchin”, só ele da família, é meu parente. Ele achou que criar emprego e renda seria largar um monte de carroças e animais na rua para o pessoal trabalhar com lixo, para gerar renda. Com o lixo! E colocou esse batalhão de pessoas num ambiente degradado, recolhendo lixo, pegando doenças e espalhando carroças e cavalos pelas ruas. Eu tenho certeza de que, hoje em dia, o Ver. Adeli Sell fulminaria essa ideia de

botar o recolhimento de lixo como uma política de emprego e renda. Hoje sabemos que tem tanta coisa mais para fazer e, se fôssemos fazer essa política, que não fosse com animais puxando carroças. Tem muita coisa para se fazer, então, tenho que fazer aqui mea-culpa: quem é que criou tudo isso? E, aí, não venham aqui cobrar que esse Projeto já está há três, quatro, cinco anos e não se está fazendo! Nós estamos só corrigindo isso, Ver. Comassetto! Só corrigindo o que vocês plantaram nas ruas de Porto Alegre. Plantaram carroças e cavalos nas ruas de Porto Alegre, e agora nós temos que corrigir mais um erro construído pela vontade de ser populista, popularesco. Eu acho que nós temos que aprovar este Fundo, mas principalmente para que se usem recursos na conscientização da população, algo que, volto a dizer, já começou, mas temos que intensificar.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/11.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, Ver. Mauro Zacher; um cumprimento especial à Sra. Regina Becker, primeira-dama do Município; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; o Ver. Dib, nos últimos tempos, só não vota comigo, mas pega no meu pé direto! Mas não tem problema nenhum, não tem problema nenhum! Ver. Dib, eu sou testemunha, nós fizemos uma visita à casa de passagem que a SEDA administra, que trata dos animais que estão abandonados, animais acidentados. Então, primeira-dama, eu quero cumprimentá-la, eu, que sou desses que têm animais. Os que têm animais sabem o quanto um animal de estimação... Ver. Elói Guimarães, V. Exa., que gosta de cachorro; com certeza, de cavalo, não tenho dúvida, sabe o quanto nós temos uma ligação de afetividade e de parceria com esses animais. Um animal, por exemplo, um cão, eu tenho vários em casa, cada um com a sua história, o seu comportamento. A única coisa que eu tenho feito hoje é pescar, isso eu... Mas, também, Cecchim, eu sou de uma época em que nós caçávamos muito. Hoje eu tenho galinhas lá em casa e não admito matar uma galinha das minhas; dou de presente, mas não... A gente acaba pegando amor

pelos animais. Então, eu quero cumprimentar porque este Projeto, com certeza, vem trazer um benefício de forma objetiva. Quero dizer também que, quando chegou aqui o Projeto da SEDA, eu, num primeiro momento, fiquei preocupado porque, muitas vezes, nós não somos compreendidos, especialmente por parte da mídia. Mas hoje estou convencido de que foi uma boa ideia, eu aqui falo em nome da minha Bancada – Ver. Tessaro e o Ver. Tarciso Flecha Negra. O Ver. Tessaro, inclusive, é autor de uma Frente Parlamentar para tratar dos animais na cidade de Porto Alegre. A nossa Bancada está apoiando o Projeto, vamos votar e vamos, com certeza, incentivar todas as ações no sentido de preservar, de respeitar os animais.

Para seu conhecimento, eu estou com um Projeto pronto, devo protocolá-lo ainda esta semana, no qual trato das questões dos fogos de artifício. Eu estou convencido de que fogos de artifício têm que receber um tratamento radical, as pessoas estão se acidentando, estão soltando esses fogos próximo às residências dos vizinhos que não têm nada a ver. Então, nós estamos tratando, primeira-dama, nesse sentido, porque achamos que também os animais sofrem muito com isso. E me parece que alguém, para manusear fogos de artifício, precisa estar habilitado. Por outro lado, é inadmissível nós aceitarmos que alguém esteja vendendo, estocando esses produtos na Cidade. Antes que aconteça uma tragédia maior, possivelmente na semana que vem, só está nos faltando um levantamento científico de um médico que trata de acidentes com mãos e ferimentos provocados por fogos de artifício para mostrar o quanto é impactante isso. Nós sabemos que, muitas vezes, jovens deixam de adquirir outras coisas para comprar fogos, o que é da nossa cultura. Eu lembro que, quando menino, eu também agia assim. Só que chega um momento da vida em que temos que rever comportamentos, e me parece que hoje não há mais espaço para convivermos com esta liberdade de comércio de fogos de artifício. (Inicia-se uma projeção de imagens no plenário.) (Pausa.) Olha, agora estão me premiando aqui! Eu vou deixar... Olha só aquele cão ali... Segure um pouquinho o tempo, Presidente! Aquele cão ali tem três pernas. Quem está nos assistindo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ... Só finalizando, quero aproveitar para dizer que este cão ainda está para doação.

Quem conheceu, quem foi lá no dia em que vários Vereadores estiveram lá, é um cão maravilhoso! Quem tiver condições de adotar este animal, com certeza, não vai se arrepender. Esse cão é maravilhoso e tem esse particular de ter três pernas só.

(Aparte antirregimental do Ver. Carlos Todeschini.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Vereador, eu tenho cinco cães em casa, e são cães grandes. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/11, pela oposição.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sra. Regina Becker, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, o nosso boa-tarde; este assunto, a criação do Fundo, é um complemento da lei que nós aprovamos aqui há algum tempo e tem por objetivo o bem-estar animal.
Eu penso que este é um esforço de toda a Cidade, pois a questão da saúde animal, a questão dos cuidados, a questão da proteção dos animais também são questões de Saúde pública e humanitárias. E isso se aplica aos animais domésticos, Ver. Comassetto, e aos animais silvestres também. É uma necessidade que está prevista, e a SMAM está atrasada no encaminhamento.
Também é bom que se diga que o pretexto para tirar as carroças da rua é que eram elas que atrapalhavam o trânsito. E eu digo que esse pretexto nada mais foi do que um preconceito porque as carroças foram tiradas das ruas, Ver. José Freitas, e os congestionamentos, os problemas do trânsito aumentaram. Portanto, aquele pretexto não é válido, foi um pretexto para reforçar o preconceito contra os pobres. Mas a Lei foi aprovada, e ela tem que tratar do encaminhamento e da destinação dos animais, dos cavalos, que precisam da garantia também do bem estar. Então, vem agora complementar a Lei a criação do Fundo como uma medida para garantir os meios e os recursos para que isso se viabilize.

Nós vimos aqui a demonstração daquela imagem, Ver. Bernardino Vendruscolo, e todos nós conhecemos inúmeros outros casos de pessoas que se dedicam a guardar, a cuidar, a tratar animais. Isso é uma coisa que todos desejamos, porque o animal tem que ser bem cuidado, sob pena de ele se tornar um problema de Saúde pública. Portanto, cuidar o animal é uma questão de Saúde pública e também humanitária, de conviver num ambiente onde os seres são tratados adequadamente.

Os cavalos, em função da Lei de Porto Alegre, não eram a causa dos congestionamentos; a causa era, Ver. Idenir Cecchim, e continua sendo, a inoperância que a Prefeitura teve, pelo menos no Governo Senna, um desastre. Mas isso foi argumento usado aqui nesta tribuna para aprovar as leis e, em oito anos, extinguindo as carroças, como elementos de mobilidade, de serviço, de recolhimento, de resíduos, etc. Então, Ver. Idenir Cecchim, ao senhor, que retornou agora, quero dizer que não era essa a causa, porque os congestionamentos aumentaram. Claro, teve o desastre do Senna, no Governo Fogaça - um desastre, aconteceu isso aqui nesta Casa. Mas isso era repassado aos pobres dos carroceiros, preconceituosamente. E não era isso, era inoperância da EPTC, esse é o problema: a gestão Senna na EPTC, isso é que entupiu a Cidade.

Sei do esforço, o Cappellari tem sido um bom Secretário, reconhecido por todo mundo, mas há um déficit muito grande de coisas que não foram feitas durante seis anos, na gestão Senna. E, agora, nós estamos aqui para aprovar o Fundo do Bem Estar Animal, para garantir os recursos para tanto e vamos aprovar. Chega em boa hora, complementa o objeto da Lei e terá o nosso voto também. Mas não eram os cavalos, as carroças e os pobres os responsáveis pelos congestionamentos da Cidade, porque eles pioraram. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Elói Guimarães está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/11.

O SR. ELÓI GUIMARÃES: Ver. Mauro Zacher; Sra. Regina Becker, primeira-dama, que honra a Casa com a sua presença, uma vez tratar-se de alguém que tem uma vocação histórica na defesa da espécie animal.

Não se faz administração, não se desenvolve projeto sem recursos, sem pessoas, sem instrumentos, no sentido de dar cobro às proposições constantes desse ou daquele órgão. E a SEDA, Secretaria Municipal dos Direitos Animais, foi despertada, por assim dizer, em bom momento. Sempre vale lembrar, Sra. Regina, uma figura histórica na cidade de Porto Alegre, que marcou a sua passagem, mas com uma visão protetiva, diríamos, emocional da questão, que foi Palmira Gobbi.

Então, agora, Porto Alegre instrumentaliza-se para exatamente estabelecer políticas cânones no sentido de tratar de uma questão que não é menor, a questão do animal, e, evidentemente, balizado no animal doméstico, não é questão menor, há uma interrelação, os animais interagem no cotidiano da vida das pessoas. E nós, casualmente, estamos em um Estado da Federação, o Estado do Rio Grande do Sul, que, pela sua natureza de Estado de fronteira, tem e teve um papel histórico, onde o papel dos animais foi, por assim dizer, decisivo até na demarcação da fronteira. Estou aqui a referir, por exemplo, o papel do cavalo na demarcação da própria brasilidade. Somos brasileiros não por manha da diplomacia nem por acidente geográfico; somos brasileiros porque optamos, e essa opção teve exatamente, no tanque de guerra do passado, que foi o cavalo, um papel relevantíssimo.

E aí nós poderíamos continuar examinando todas essas questões, que são fundamentais, uma vez que o animal, na relação vivencial humana, tem papeis, e a sua proteção demarca uma evolução de consciência do ser humano.

Portanto, nós queremos cumprimentar todos e dizer que, sem recursos, sem um fundo, sem os instrumentos, como um Conselho Gestor, não se tem condições materiais de estabelecer políticas para atender as finalidades, as grandes finalidades esboçadas na Secretaria de Defesa do Animal. Portanto, os nossos cumprimentos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Não havendo mais quem queira encaminhar, em votação a Emenda nº 01, de autoria da Ver.ª Fernanda Melchionna, ao PLCE nº 002/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação o PLCE nº 002/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Solicito a licença das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores para uma quebra protocolar regimental muito breve, para que a primeira-dama se manifeste rapidamente. Muito obrigado.

A SRA. REGINA BECKER: Exmo. Sr. Presidente desta Casa, Ver. Mauro Zacher; demais Vereadores desta nossa Câmara de Vereadores de Porto Alegre, eu, sensibilizada, agradeço por todo o apoio que vocês têm dado a esta matéria. Sem dúvida, nós estamos, pela segunda vez, sendo referência nacional no que diz respeito à questão animal. O Projeto aprovado por vocês criando a Secretaria já foi distribuído a norte, leste, oeste e sul do Brasil; as Prefeituras nos ligam solicitando cópia do Projeto que aprovou a criação da Secretaria. E este Fundo, tenho certeza de que ele também vai ser um referencial, porque, pela primeira vez, o Poder Público traz para si uma responsabilidade no sentido de cumprir uma legislação, uma legislação positivada em nossas leis pátrias, tanto na Constituição Federal quanto em leis ordinárias e complementares, que estabelecem que é ele, sim, o responsável pela guarda, pela tutela, pela proteção dos animais. A aprovação deste Fundo vai permitir que possamos mover mais ações, e é isso o que estamos fazendo. Estamos numa batalha enorme, com uma equipe muito pequena trabalhando sete dias por semana, numa média de dez horas diárias, para atender essa demanda, que é cada vez maior e que nos assusta. Quero dizer para vocês que, neste momento, ela assusta: os pedidos são imensos, eles não param de chegar. Nós fazemos atendimento às comunidades que se encontram em vulnerabilidade social, cuja renda familiar não ultrapassa três salários mínimos

- é muito importante que fique muito claro isso; as pessoas não têm formas de buscar apoio no que diz respeito a essa proteção.

Eu gostaria de fazer para vocês uma confissão e o que me levou – pela primeira vez eu publicamente digo – a cuidar desta forma desta matéria. Na verdade, eu fui professora da rede estadual, durante alguns anos. Tive muitas vivências, como professora do currículo fundamental, com crianças. Digo para vocês que essa paixão e esse cuidado nasceu daí, porque percebia que as crianças que não tinham essa orientação de serem educadas para olhar os seres de uma forma diferente, tornaram-se pessoas cruéis, sem compaixão.

A compaixão e a piedade são coisas que elas aprendem; aprendem em casa, aprendem na escola, aprendem na vivência.

O que busco é um respeito a todos os seres, busco poder participar de um processo de construção de um mundo que seja melhor para todos.

Acredito que a partir do momento em que posso contribuir, ajudando nessa questão dos animais - por entender que as questões juvenis, infantis, estão bem abrigadas dentro do Poder Público -, entendo que participo da construção de um mundo menos violento, mais solidário.

Fica aqui o meu reconhecimento, o meu agradecimento, e mantenho o compromisso de enquanto puder ajudar na causa, manter-me fiel ao propósito de participar desse trabalho de uma forma integral, com absoluta doação, e de poder participar da construção de outras políticas. Que possamos levar isso para outros lugares, que é o que está acontecendo. Temos recebido convites de diversos Estados do País, de diversas prefeituras, querendo buscar a experiência de Porto Alegre para ser implantada em outros lugares.

Na semana que vem estaremos recebendo o pessoal de Campinas, que está vindo para Porto Alegre para conhecer a nossa experiência. A nossa equipe está indo a Curitiba, em maio. Aos poucos essa nossa experiência está sendo disseminada. Uma coisa que parecia ser tão incipiente, de repente ganhou corpo, e que bom que possamos ser vanguarda, aqui em Porto Alegre, de um outro tipo de trabalho. Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Nós que agradecemos à primeira-dama, Regina Becker. Esta Casa tem procurado dar a sua contrapartida na aprovação

da SEDA, e recentemente fizemos uma visita ao Centro da Lomba do Pinheiro. Penso que muitos Vereadores perceberam a atuação, o belo trabalho, o empenho e a motivação daquela equipe liderada por V. Exa. no envolvimento em relação ao cuidado dos nossos animais. Então, esta Casa tem acompanhado e tentado, de uma maneira, colaborar nesse processo, e como V. Exa. disse, é realmente pioneiro para o nosso País, e nós, porto-alegrenses e gaúchos, nos orgulhamos muito disso.

O SR. DR. GOULART (Questão de Ordem): Querido Presidente, agradeço e aproveito a presença da primeira-dama aqui para que ela leve ao Prefeito o que eu vou anunciar. Mais uma vez, a Vila Chocolatão recebeu um prêmio: foi o primeiro Prêmio Nacional da Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação, com sede em Porto Alegre, na categoria Grande Impacto Regional de Casa Popular. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Muito obrigado, Vereador. Parabéns, Ver. Dr. Goulart! Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h12min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): (17h13min) Estão reabertos os trabalhos.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Engenheiro Comassetto, que solicita o adiamento da discussão do PLCL nº 023/05, por duas Sessões.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Antonio Dib, o Requerimento de autoria do Ver. Engenheiro Comassetto. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Temos 12 votos **SIM**; 3 votos **NÃO.** São 15 votos. Com este Vereador, 16 votos.

Não há quórum, está encerrada a Ordem do Dia. (17h16min)

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. João Antonio Dib, que solicita alteração da representação do PP na CPI destinada a apurar fatos relativos à parceria firmada entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o Instituto Ronaldinho, a qual passará a cargo do Ver. João Carlos Nedel.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Mario Manfro, que solicita alteração da representação do PSDB na CPI destinada a apurar fatos relativos à parceria firmada entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o Instituto Ronaldinho, a qual passará a cargo do Ver. Luiz Braz.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que solicita seja alterada a representação do PSOL junto à Comissão Especial destinada a analisar e propor alterações no Código de Posturas desta Capital, a qual passará à Ver.ª Fernanda Melchionna.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; não é uma Questão de Ordem, mas eu diria que é uma ordem na questão. É um fato raro, no meu entendimento, acontecer o que aconteceu agora. Vou ler o documento que recebi aqui (Lê.): “Biólogos agradecem ao Legislativo Municipal. Ilustríssimo(a) Sr(a) Vereador(a) e funcionários da Câmara. Os Biólogos servidores do quadro da PMPA gostariam de agradecê-los pelo especial empenho e compreensão que possibilitaram a aprovação da Lei Municipal nº 11.248, de 4/4/2012, a qual institui a Gratificação de Responsabilidade Ambiental e Alcance de Metas (GRAAM) para os biólogos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Responsáveis pela tutela do meio ambiente, buscamos a melhoria da qualidade de vida na nossa capital, contribuindo com a construção e execução das políticas públicas de preservação, conservação e manejo da biodiversidade, saúde, saneamento básico, gestão e educação ambiental. Com a inserção dos princípios bioéticos nas práticas socioambientais em nossa cidade, estamos cuidando dos bens ambientais, dos seres humanos e das futuras gerações. Biólogos da PMPA, 25 de abril de 2012. Profissão regulamentada pela Lei Federal nº 6.684/79”.

Ao mesmo tempo, eles convidam para a 5ª Conferência Municipal do Meio Ambiente, que se realizará na Assembleia Legislativa e na Escola Ernesto Dornelles, nos dias 27 a 29 de abril. O Programa está à disposição aqui.
Eu gostaria de que fosse levado à Biblioteca da Câmara Municipal o volume que me entregaram, que traz o cadastro fotográfico da vegetação de Porto Alegre, algo extraordinário, muito bem feito e que será de muita utilidade para os Vereadores da Casa. Obrigado pela atenção, Sr. Presidente. Saúde e PAZ!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Passamos à

PAUTA

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Muito boa-tarde, Vereador-Presidente Mauro Zacher - na pessoa de V. Exa., quero cumprimentar os demais Vereadores e Vereadoras desta Casa -, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores, eu venho a esta tribuna, hoje, com muito entusiasmo, Ver. João Bosco, porque chegou à Câmara um Projeto que eu considero muito relevante para a Cidade, que é o PLCE nº 004/12, que institui Regiões de Potencial Tecnológico – Repots – no Município de Porto Alegre e dá outras providências. Eu quero dizer que fui obstinado, fui determinado, fui um incansável batalhador pela criação dessas Regiões de Potencial Tecnológico da nossa Cidade, muito porque o primeiro passo que precisava ser dado era uma delimitação e uma demarcação territorial para as Repots – Regiões de Potencial Tecnológico. Nós tivemos incansáveis reuniões com a equipe da PROCEMPA, com a equipe do Comcet **–** Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia –, que teve uma participação muito relevante no processo de aprimoramento desse texto. Porto Alegre é uma Cidade que carecia de uma política pública que pudesse priorizar, no seu território, a aglutinação de empresas que trabalham com TI. Eu acho que o nosso Governo, Presidente

Mauro Zacher, já demonstrou e assumiu o compromisso de uma política pública prioritária com a questão da inovação, quando criou a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia. E muito bem respondeu o nosso Secretário Newton Braga Rosa por essa Pasta, trazendo importantes empresas para o Município e gerando emprego e renda numa área da economia que trabalha dentro de um princípio de sustentabilidade. A maioria das empresas têm um princípio de uma atuação verde, ambientalmente correta, Ver, Beto Moesch. E nós temos, talvez, em termos de tecnologia, do México para baixo, a última geração, a ponta da cadeia, quando da instalação do Cientec na Lomba do Pinheiro. Quando nós idealizamos esse Projeto, que vem à Câmara e cumpre, hoje, a 1ª Sessão de Pauta, nós já estávamos, DJ Cassiá, visualizando a possibilidade de termos - por que não, Ver. Nagelstein? - a Lomba do Silício, mal comparando com o Vale do Silício. Nós já temos ali instalado um triângulo tecnológico: já temos o Tecnopuc, com uma série de empresas de TI instaladas, já temos o Núcleo de Inovação Tecnológica da UFRGS, e, junto com o Cientec, ali nós criamos um triângulo tecnológico. A nossa equipe técnica veio vindo pela Ipiranga, pegando toda área dos hospitais da Ipiranga... E aí nós também estamos falando aqui em biotecnologia, e falando num dos setores que mais bem paga os seus servidores, os seus funcionários, que são as empresas de Informação e Tecnologia da Informação.

Então, eu quero cumprimentar aqui o Prefeito Fortunati por essa iniciativa corajosa. Eu sei que foram anos de aperfeiçoamento, porque, lá nos Anais da Secretaria do Planejamento, quando nós procuramos conteúdos e matérias a respeito desse assunto, nós encontramos, inclusive, debates da época do então Prefeito Leonel Brizola, que já tratava desse assunto sobre a criação de uma área de ambiência tecnológica, para que nós pudéssemos incentivar a implantação de empresas de tecnologia em Porto Alegre.

Com muita alegria, quero dizer que nós também fizemos parte do texto que escreveu essa página importante da história da nossa Cidade, e eu tenho certeza de que esta colenda Câmara irá aprovar a Região de Potencial Tecnológico em Porto Alegre. Inicialmente, incentivando com índices construtivos, mas tenho certeza de que, em breve, com outros benefícios para instalação de empresas de TI na nossa Capital. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, vou aproveitar para falar de novo sobre o tema do nosso Projeto que está em 2ª Sessão de Pauta, que inclui a efeméride Semana Municipal do Bairro Mário Quintana – que institui o Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre e organiza e revoga legislação sobre o tema.

No último dia, quando fiz a abordagem sobre o bairro Mário Quintana, alguns Vereadores se manifestaram sobre algumas das suas deficiências. Eu acho que isso é oportuno, porque, quando se inclui uma data comemorativa no Calendário Oficial de Porto Alegre, é importante que se discuta a natureza daquela região. Só pelo que foi descrito, parece que os Vereadores não conhecem a região ou estão vendo uma outra cidade, porque parece que lá seria tudo terra arrasada, que não existe nada. Pelo contrário, é uma região que tem crescido muito, é um bairro novo, composto, na sua grande maioria, de pessoas vindas de fora de Porto Alegre.

Eu até vou ler alguns detalhes importantes, para saber que talvez o bairro Mário Quintana tenha sido o único bairro de Porto Alegre a ter o nome escolhido por seus moradores. No dia 15 de novembro de 1997, foi organizado pelas entidades e lideranças comunitárias, e lá, nesse dia, 1.535 moradores escolheram, por 75% dos votos populares, o nome de bairro Mário Quintana. Esse bairro é compreendido pelas vilas Chácara da Fumaça, Valneri Antunes, Safira Velha, Safira Nova, Batista Flores, Wenceslau Fontoura, Timbaúva e Passo Dornelles. Inclusive pela nova proposta que está no Executivo - ainda não veio para a Câmara -, onde houve as reuniões temáticas, está-se propondo uma divisão do bairro Mário Quintana. E, ex-Secretário Márcio Bins Ely, que está aqui presente, os moradores do bairro Mário Quintana querem manter a essência. Veja, Ver. Márcio Bins Ely: os moradores do bairro Mário Quintana querem manter a essência do seu bairro. Eles não estão muito

satisfeitos com aquela proposta que foi apresentada. Eu gostaria de ouvi-lo, para nós ampliarmos a discussão.

O Sr. Márcio Bins Ely: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero agradecer a manifestação do Ver. Professor Garcia. Só para esclarecer essa questão do bairro Mário Quintana, sobre a audiência pública e o Rubem Berta. Atualmente, a legislação sobrepõe os dois bairros. Nós tivemos 156 propostas de alterações em 81 bairros durante o período em que oferecemos contribuições à população. Então, quero dizer que a equipe técnica está trabalhando e o projeto está seguindo ao Conselho do Plano Diretor, para que nós possamos também dar contribuições, ainda no âmbito da participação da população.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Obrigado, Vereador. Então, eu queria fazer este registro, pois os moradores estão insistindo.

Há também lá a área formada do Chico Mendes, que, com muita alegria, à época em que estive na Secretaria, pudemos reformar o Chico Mendes, uma obra que saiu R$ 700 mil na época.

Essa solicitação de incluir no calendário consiste no seguinte: querem que, a partir da aprovação, todos os anos, do dia 16 a 22 de dezembro, a comunidade possa fazer uma série de atividades de ordem cultural, recreativa, desportiva e também de discussão política para a sua melhoria. Este é o nosso Projeto, o qual deixo para apreciação e análise; ele vai partir para as diversas comissões para que, quem sabe, até o final do ano, possamos aprová-lo. E que este ano ainda a comunidade do bairro Mário Quintana possa... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores. Quero comentar aqui o Projeto, que entra para debate nesta Casa, que institui as Regiões de Potencial Tecnológico no Município de Porto Alegre. Este é um Projeto que traz uma política afirmativa, é um bom Projeto para que nós possamos fazer o debate em Porto Alegre. A tecnologia de informação e comunicação é a que mais cresce no mundo hoje, e Porto Alegre não está ainda preparada, no seu território, no que diz respeito à legislação, para receber essas empresas e para que elas possam se instalar nas diversas regiões da Cidade.

Através do Governo Olívio Dutra e do Governo Municipal da época, iniciou-se a tratativa do Ceitec. O Ceitec, hoje, projeto do Governo Federal junto com o Estado e com a participação do Município, é o maior investimento da América Latina em geração de tecnologia da informação e comunicação. Está lá na Lomba do Pinheiro. Por que não preparamos o território daquela região, Ver. DJ, para receber pequenas e médias empresas de tecnologia da informação e comunicação?

Então, eu quero trazer a nossa postura afirmativa em relação a esse Projeto e inclusive pedir ao Ver. João Antonio Dib que todos os projetos do Executivo que tratem do território de Porto Alegre como este venham com um mapa da Cidade junto, para definir quais as regiões que estão sendo propostas. Nós já aprovamos no Plano Diretor, ainda no ano de 2000, e deveria ter sido executado, inclusive na revisão que fizemos, que todas as regiões da cidade de Porto Alegre viessem com os estudos para que fosse gravado, e eu me refiro aqui às regiões do ambiente natural. Na época, o Secretário Beto Moesch não fez esse estudo, não mandou para esta Câmara, e as Áreas de Proteção do Ambiente Natural, em Porto Alegre, continuam não gravadas. Portanto, é uma dívida que o Secretário Beto Moesch deixou para esta Cidade, e a Cidade tem que cobrar isso, sim, porque o Executivo tem o papel de executar, de não só fazer discursos, mas apresentar projetos. Então, eu cumprimento o Governo, que está mandando para cá, agora, as Áreas de Potencial Tecnológico do Município de Porto Alegre. Eu pergunto: onde está gravado e definido, no território de Porto Alegre, para a proteção da nossa fauna e flora, bem como das nascentes, bem como dos riachos, as Áreas de Proteção do Ambiente

Natural, já que era papel da SMAM providenciar isso quando da Revisão do Plano Diretor e não o fez? Eu discuto política, o ex-Secretário Beto Moesch sabe disso, e eu cobro isso. E tenho discordância da sua postura, Ver. Beto Moesch, porque foi uma postura que ficou devendo para a cidade de Porto Alegre. Então, este é o debate: quando um gestor público assume uma função, ele tem que fazer a degradação ambiental que está fazendo, inclusive com as ocupações irregulares e com projetos aprovados em cima das Áreas de Preservação Ambiental, pois é de sua responsabilidade.

(Aparte antirregimental do Ver. Beto Moesch.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Beto Moesch, você pode gritar o quanto quiser. Você tem que assumir que você foi incompleto (Expressão alterada por solicitação do orador.) como Secretário do Meio Ambiente. Não gravou as Áreas de Proteção de Ambiente Natural! Eu quero saber onde estão gravadas as Áreas de Proteção do Ambiente Natural no Município de Porto Alegre. Nós fizemos a Revisão do Plano Diretor, este estudo não veio, e a Cidade ainda está em dívida com relação a esse assunto. A cidade de Porto Alegre, que tinha uma política ambiental exemplar para o Brasil, exemplar para Porto Alegre, exemplar para o Rio Grande do Sul, hoje, é uma Cidade que deve.

(Aparte antirregimental do Ver. Beto Moesch.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor me garantisse a palavra porque o Ver. Beto Moesch não sabe ser democrata. Eu disponho o microfone para ele fazer um aparte para que possamos fazer um debate à altura.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Estão garantidos o tempo e a palavra a Vossa Excelência, Ver. Comassetto.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Muito bem. Eu termino a minha fala dizendo que instituir as regiões de potencial tecnológico é um bom projeto.

Repito que o não registro, até hoje, no mapa, das Áreas de Preservação do Ambiente Natural, quando fizemos a Revisão do Plano Diretor, foi e é responsabilidade da SMAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Portanto, Ver. Brasinha, discurso não serve; nós temos que ter política. A Cidade tem que avançar, a Cidade tem que preservar, a Cidade tem que qualificar, e o Plano Diretor construiu essa modelagem que tem o conceito das Áreas de Preservação do Ambiente Natural... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente.

A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é importante que abramos este debate sobre as regiões de potencial tecnológico no Município de Porto Alegre, que anunciemos à sociedade porto-alegrense que inicia a tramitação nesta Casa de um Projeto de Lei Complementar que institui essas regiões e que cria toda uma normatização diferenciada para elas, para estimular, para investir e identificar; possivelmente, poderemos considerar que se tratará de um plano diretor à parte, porque, quando se altera índice construtivo, atividade, aproveitamento, densidade, quando se estabelece flexibilização, ao se estabelecer que haverá regime urbanístico especial, a gente pode estar alterando a regra geral do Plano Diretor da cidade de Porto Alegre. Certamente, Porto Alegre precisa e pode se tornar uma referência no uso da tecnologia - uma Cidade que é de serviços, que tem alta realização e eficácia na área da Saúde, na pesquisa de ponta, nas cirurgias mais complexas -, para citar uma das áreas em que Porto Alegre é referência. Ela ainda deve muito a todas essas iniciativas, a todas essas áreas, e eu chamaria a atenção, em especial, à Saúde, para que tivesse um investimento tecnológico de peso, de ponta, de priorização. Então, eu não sei se a definição de um novo Regime Urbanístico, de novos índices construtivos é

suficiente para esse estímulo. O que eu percebo e o que já tratamos esta tarde, numa das áreas, que é a área de licenciamento ambiental, é que a Prefeitura não consegue evoluir para uma unificação tecnologia, de uso da tecnologia básica, das ferramentas básicas de tecnologia e padronizar procedimentos, utilizando o mesmo banco de dados para fazer a fiscalização, para fazer a identificação, para fazer a concessão de licenças.

Então, são questões básicas e fundamentais, e aí vou exemplificar, mais uma vez, com o tema do transporte dos resíduos sólidos. Por quê? Porque temos três ou quatro tipos de licenciamento, que, aliás, são concorrentes, que acabam deixando a Prefeitura sem a capacidade de um controle de fato. E, na ponta disso, por haver uma concorrência, nós temos hoje oferta no mercado de caçambas que custam de R$ 70,00 a R$ 180,00, no entanto nós não temos como identificar, por falta de opção, de gestão, de unificação e de uso de tecnologia. Porque poderíamos estar usando, inclusive, GPS nas caçambas, nos caminhões. E é verdade, Ver. Valter, que trouxe para cá sua experiência, que já existe em Curitiba o GPS. Tentamos colocá-lo nos caminhões de lixo, não resolveu no problema dos focos de lixo, mas dou como exemplo, que V. Exa. trouxe na reunião, uma das tecnologias possíveis que poderiam evitar ou ajudar a controlar o depósito clandestino de resíduos da construção civil.

Então, eu sugiro, Presidente, que a Casa faça profundos debates sobre esses REPOTs, chamando a sociedade, chamando as áreas que podem se beneficiar, porque são outros elementos que a Casa poderá agregar ao Projeto inicial, a partir da leitura que temos dos gargalos, dos limites que, hoje, a articulação total do uso dessas tecnologias, imprimem, impingem, as políticas públicas e a proteção ambiental, e de quem é sério nesse trabalho. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. BETO MOESCH (Questão de Ordem): Sr. Presidente, eu sempre me atenho ao Regimento; quando vou à tribuna, jamais trato de um tema que não seja do Projeto de Lei específico ou de Pauta, isso quando não é para uma

Comunicação de Líder. Quero deixar claro que não podemos permitir que um Vereador use o período de discussão da Pauta, ou de um Projeto de Lei, para me atacar, me chamando de incompetente. Quem tem que me achar incompetente ou não é a sociedade, que votou em mim.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): V. Exa. tem o direito de pedir Tempo Especial.

O SR. BETO MOESCH: Então, eu solicito Tempo Especial.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu acredito que, desde já, a Casa poderia realizar, na esteira do que disse a Ver.ª Sofia, uma Audiência Pública para tratar do tema. Eu acredito que dos assuntos, meu Líder, Ver. Dib, que tramitam nesta Câmara de Vereadores, nesta Legislatura, eu tenho a certeza de que este é um dos mais importantes.

Na definição de um dos autores que trata do tema, que é Michael Porter, e eu falo isso, porque há muitas pessoas que nos acompanham, especialmente pela TVCâmara, falo a respeito de *cluster*. Muita gente diz que é um palavrão, que não entendem nada, então, eu vou explicar. O *cluster* é uma concentração de empresas que se comunicam por possuírem características semelhantes e coabitarem no mesmo local.

Porto Alegre já desenvolveu *clusters*. Se formos na Av. Ipiranga, nós temos um *cluster* comercial de móveis e decoração; se nós formos à Av. São Pedro, nós vamos encontrar o *cluster* de lojas que se especializaram na questão da iluminação ou de equipamento para café. Então, nós já temos, em alguns lugares da Cidade, vocações para isso. O que nós estamos querendo fazer aqui, e eu acho que precisa ser saudado o projeto, é criar *clusters*, Secretário Márcio Bins Ely, para fomentar, induzir o desenvolvimento, Ver. João Bosco Vaz, focado nas empresas de alta tecnologia. É o futuro da Cidade. Eu defendo, desde o ano 2000, Ver. Márcio Bins Ely, que o desenvolvimento econômico deva ser, a exemplo das cidades que ponteiam o desenvolvimento do mundo, alicerçadas em cima de biotecnologia, novos materiais, aviação

civil, *software*, *hardware*, telecomunicações, são todas as novas vertentes de conhecimento que se apresentam e que apresentam também à sociedade uma perspectiva de desenvolvimento com inclusão social, com empregos de altíssimo valor agregado, de especialização. Então, isso é muito importante.

Então, eu proponho, desde já, uma Audiência Pública. Acho que esse assunto precisa ser tratado com celeridade, mas não tão rápido que nós passemos por cima do envolvimento e do engajamento de toda a sociedade porto-alegrense, especialmente, dos bairros da Cidade, onde, em alguns, podemos lá induzir desenvolvimento. Só quero dizer, Ver. Idenir Cecchim, V. Exa. que foi Secretário da SMIC, que não acredito que esse seja um tema para ser tratado, única e exclusivamente, pelo Planejamento e seus técnicos. Isso é uma política de desenvolvimento econômico da Cidade, está mais afeto a novas atribuições que se precisa dar a uma Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, que trabalhe pela perspectiva do fomento e da emulação ao desenvolvimento econômico. Em qualquer lugar do mundo, quem trata dessas questões de desenvolvimento econômico é a Secretaria responsável pelas relações econômicas, no caso, a Secretaria de Indústria e Comércio que, em Porto Alegre, ao longo dos anos foi se transformando muito mais numa chefatura de polícia, do que numa Secretaria que trata do desenvolvimento do fomento econômico. Não estou dizendo que a Secretaria do Planejamento não tenha que estar, ela até pode e deve estar, ela é a protagonista desse processo, foi ela que trouxe o assunto à baila, mas ele não pode ser tratado à revelia das políticas de desenvolvimento, Ver. Engenheiro Comassetto. E quando nós pensarmos que o Extremo-Sul tem que crescer, que o 4º Distrito tem que reencontrar a sua vocação, nós temos que trabalhar isso, Ver. Mauro Zacher, nós temos que trabalhar isso, pensando na questão do desenvolvimento econômico, Ver. Márcio Bins Ely.

O Sr. Márcio Bins Ely: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero cumprimentar V. Exa. e acredito que uma audiência pública pode colaborar sobremaneira com o Projeto e tenho certeza de que o Legislativo também deve colaborar. Obviamente que a primeira etapa é a demarcação

territorial, mas nós podemos avançar significativamente com a colaboração de todos. Obrigado.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Muito obrigado.

O Sr. Engenheiro Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Secretário Valter, gostaria de dizer que senhor tem toda a razão. Já que nós estamos tratando do território do Município de Porto Alegre temos que pensar estrategicamente e fazer o gravame de todos os potenciais para que eles consigam conviver. A Alemanha tem 80% das tecnologias de informação, são pequenas empresas com até 20 funcionários. Portanto isso tem que estar na leitura do desenvolvimento econômico e saber em qual região da Cidade é melhor. Tenho acordo com o senhor.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Muito obrigado. Gostaria de dizer o seguinte, Ver. Comassetto, até nessa mesma esteira, os autores dizem que o fenômeno dos *clusters* tem maior impacto nas médias e pequenas empresas, porque elas consorciadamente podem se ajudar, se apoiar. Então eu deixo essa sugestão da audiência pública. Vejo que ela, felizmente, encontra eco e espero que nós, de fato, caminhemos rapidamente para criar aquilo que eu havia falado da tribuna ainda hoje, que é um fluxo rápido para aprovação de projetos de novas empresas na nossa Cidade, uma via rápida para isso. E que nós tenhamos essa questão das REPOTs o quanto antes estabelecida no contexto legal de Porto Alegre, para que possamos atrair para cá empresas de alta tecnologia e consolidar essa vocação da nossa Cidade, que, em muito segmentos, já existe. Só gostaria de lembrar que na Av. Sertório, por exemplo, nós temos a Era Eletrônica, Ver. João Dib, que hoje faz toda a reforma dos aviões da Força Aérea Brasileira, que trabalha no aspecto estratégico, desenvolvendo, inclusive, um sistema de navegação independentemente do GPS. Isso é estratégico até para a defesa nacional. E é uma empresa que está aqui e que gera emprego para mais de 300 engenheiros, doutores, em Porto Alegre. Então, só para demonstrar de forma inequívoca, de forma clara, que esse é o segmento. A nossa Cidade, que foi deixando de ser industrial, pode retornar a

ser em parte industrial, embora o futuro dela seja, de fato, de prestação de serviço e de comércio, mas ela pode voltar a ser em parte industrial, de indústria limpa, de indústria que não gera ou que gera muito pouco resíduo e que emprega pessoas que necessitem ter... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum, conforme o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Engenheiro Comassetto. (Pausa.)

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Sr. Presidente, eu só quero consultar, por um dever de justiça, se não precede o direito de resposta a verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Evidentemente que sim. O direito de resposta será garantido. Está respondido.

(Após o fechamento do painel eletrônico.) Onze Vereadores presentes. Não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h54min.)